

SIMPÓSIO 40

DIVERSIDADE DIALETAL, MULTILINGUISMO E CONTATO DE LÍNGUAS: IMPLICAÇÕES PARA A AQUISIÇÃO DE PORTUGUÊS (COMO L1, L2, L3) NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS FORMAIS

A pesquisa sobre o português brasileiro (PB) tem alcançado resultados significativos, e seu impacto para os estudos linguísticos vem contribuir para o surgimento e afirmação das diferentes subáreas que constituem o cenário da pesquisa em Linguística na atualidade. É assim que vimos florescer, nas últimas décadas, o interesse pelo estudo das propriedades que caracterizam os diferentes falares e dialetos do português do Brasil, em quadros teóricos de base formal e funcionalista. Na análise dos fenômenos, os estudos investigam os fatores que determinam a variação e a mudança linguística, diante das especificidades que envolvem a formação do português brasileiro, considerado na perspectiva da diversidade dialetal, por um lado, e na perspectiva do contraste translinguístico, por outro. No campo dos estudos formais, sobressai-se a contribuição pioneira de Roberts & Kato (1993), a que se seguiram vários estudos, com abordagens que integram dados empíricos colhidos em corpora de base histórica, de situações de fala espontânea e de base experimental, com a aplicação de modelos formais de análise. Neste Simpósio, propomos reunir estudos voltados para a investigação do desenvolvimento linguístico tendo em vista o interesse teórico em relação a problemas colocados pelo contato de dialetos em situação de estratificação social, pelo processo de escolarização, e pela situação de acesso tardio ao input linguístico. O estudo formal de tais questões tem como referência o pressuposto, formulado originalmente por Noam Chomsky, de que a aquisição de língua é determinada pelo aparato da gramática universal (GU), um estado mental inato, que, no contato com o input linguístico, propicia o desenvolvimento de sucessivos estados mentais até que a gramática madura de uma língua particular seja alcançada (supostamente um estado mental estável). Dessa abordagem, extraem-se questões relevantes para o entendimento das propriedades do conhecimento gramatical, bem como para a formulação de hipóteses em relação às condições que propiciam a variação e a mudança linguística. Em particular, assume-se que condições diversificadas de acesso ao input linguístico determinam o surgimento de propriedades inovadoras, as quais se manifestam de forma sistemática nas línguas quando consideradas em seu desenvolvimento histórico (cf. CHOMSKY 1986, 2001; LIGHTFOOT 1991, 1999; KATO 1997; ROBERTS & ROUSSOU 2003; ROBERTS 2007, entre muitos outros). As implicações entre a natureza das propriedades dos sistemas gramaticais e sua manifestação variável nas diferentes línguas, por um lado, e o modo de aquisição, por outro, são, portanto, fundadoras na constituição dos modelos de análise, cabendo à pesquisa linguística testar as hipóteses nos termos propostos. Como se depreende dos estudos prévios (cf. PIRES & ROTHMAN 2009, e referências ali citadas), existem resultados significativos para o entendimento das propriedades do português brasileiro e de questões relativas à aquisição de língua em condições diversificadas (L1, L2, L3), com implicações para a caracterização da gramática universal, e para as tomadas de decisão relativas ao ensino de língua.

COORDENAÇÃO

Heloisa Maria Moreira Lima Salles

Universidade de Brasília

heloisasalles@gmail.com

Marina Rosa Ana Augusto

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

marinaaugusto@uol.com.br

A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO EM REDAÇÕES: UMA ANÁLISE À LUZ DA SOCIOLINGUÍSTICA PARAMÉTRICA

Graciely Cândido MACÊDO (UEFS)⁷⁵²
Soliane Silva SOUZA (UEFS)^{753/754}

Resumo: Este trabalho objetiva investigar as estratégias para indeterminação do sujeito em redações de alunos de um curso preparatório para vestibulares e concursos sediado em Feira de Santana, no estado da Bahia. Utilizamos como aporte teórico-metodológico os pressupostos da Teoria de Princípios e Parâmetros associados à perspectiva variacionista. Com a análise e a interpretação dos dados, depreendemos seis variantes: nós, Ø + V + SE, Ø + V1PP, Ø + VINF, verbo no gerúndio e Ø + V3PP. Dessa forma, constatamos que o conceito de sujeito indeterminado ampliou-se, não se limitando apenas a formas de indeterminação registradas nas gramáticas tradicionais.

Palavras-chave: Sociolinguística Paramétrica. Indeterminação do sujeito. Gramática Tradicional.

1. Introdução

Pesquisas sociolinguísticas associadas à Teoria Gerativa, principalmente ao modelo gerativista de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981) têm revelado que o falante do português do Brasil dispõe de variadas estratégias para indeterminar o sujeito, tanto na língua falada quanto na escrita.

Entendendo que o sujeito indeterminado ocorre quando não há possibilidade de identificar a referência do sujeito, este trabalho objetiva investigar as estratégias para indeterminação do sujeito em redações de alunos de um curso preparatório para vestibulares e concursos sediado em Feira de Santana, município do estado da Bahia. A escolha por tal objeto de estudo deve-se ao fato de se constatar nas redações de alunos, em nossa trajetória profissional, a ocorrência de estratégias de indeterminação do sujeito, que não aquelas abordadas pela gramática tradicional (GT).

Na busca por caminhos para deslindar o objetivo deste estudo, estaremos munidas de uma hipótese geral: apesar de o *corpus* analisado ser constituído por textos cujo objetivo dos escritores seria o de manter uma escrita padrão, haverá mais estratégias de indeterminação do sujeito que as prescritas pela gramática tradicional. Nesse sentido, espera-se perceber que nos referentes textos sejam encontradas as estratégias inovadoras mais neutras que estão presentes na língua falada, em detrimento das variantes mais marcadas e, conseqüentemente, estigmatizadas.

Neste trabalho, foi possível depreender seis variantes, classificadas em dois grupos: com sujeito lexical (nós) e sem sujeito lexical (Ø + V + SE → verbo na terceira pessoa do singular + partícula “se”, Ø + V1PP → verbo na primeira pessoa do plural, Ø + VINF → verbo no infinitivo, verbo no gerúndio e Ø + V3PP → verbo na terceira pessoa do plural). Essas variantes foram analisadas sob os pontos de vista linguístico e social, buscando

⁷⁵²Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Brasil. E-mail: graciely_gal@hotmail.com

⁷⁵³ Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Brasil. E-mail: solianessouza@gmail.com

⁷⁵⁴ Orientadora: Hely Dutra Cabral da FONSECA (UEFS) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Brasil. E-mail: hellyca@hotmail.com

perceber se haveria alguma influência dos fatores ‘tipo de verbo (classificação semântica)’, ‘tipos de oração’, ‘tipo de verbo (classificação de acordo com a GT)’, ‘modo verbal’ e ‘sexo/gênero’.

Com intuito de atender o objetivo proposto neste estudo, o presente trabalho está organizado em quatro seções. Na primeira, faz-se uma breve abordagem acerca da definição e das possibilidades de indeterminação do sujeito contida nas gramáticas tradicionais da língua portuguesa; na segunda, apontam-se os resultados de estudos linguísticos a respeito do tema em questão tanto na fala quanto na escrita; na terceira, apresentam-se os pressupostos teórico-metodológicos do trabalho, evidenciando a interface Sociolinguística/Teoria Gerativa; na quarta, descrevem-se e analisam-se os dados selecionados; e, em “algumas considerações”, resumem-se os principais resultados obtidos ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

2. A indeterminação do sujeito nas gramáticas tradicionais

As gramáticas tradicionais comumente definem a indeterminação do sujeito limitando-se ao aspecto semântico. De acordo com Vargas (2010, p. 5), a abordagem tradicional deixa de “associar à definição aspectos sintáticos que caracterizam a forma dos sujeitos”. Nesse sentido, o quadro abaixo mostrará como a tradição gramatical brasileira tem abordado tal temática:

Quadro 1: a indeterminação do sujeito na visão da gramática tradicional

AUTOR	DEFINIÇÃO	POSSIBILIDADES	EXEMPLOS
Cegalla (1981, p. 215-216)	Tem-se o sujeito indeterminado quando não se indica o agente da ação verbal.	a) Usando-se o verbo na 3ª pessoa do plural, sem referência a qualquer agente já expresso. b) Com o verbo ativo na 3ª pessoa do singular acompanhado com o pronome se . c) Deixando-se o verbo no infinitivo impessoal.	a1) Na rua olhavam com admiração. a2) “ Batem leve, levemente...” (Augusto Gil) b1) Aqui vive-se bem. c1) Era penoso carregar aqueles fardos enormes. c2) É triste assistir a estas cenas.
Nicola & Infante (2002, p. 250)	A indeterminação do sujeito surge quando não se quer ou não se pode identificar claramente a que o predicado da oração se refere.	a) com o verbo na terceira pessoa do plural, desde que o sujeito não tenha sido identificado anteriormente. b) com o verbo na terceira pessoa do singular, acrescido do pronome se .	a1) Bateram à porta. a2) Andam espalhan-do boatos a respeito da queda do ministro. b1) Precisa-se de mentes criativas. b2) Vivia-se bem na-queles tempos. b3) Trata-se de casos delicados. b4) Sempre se está su-jeito a erros.
Cunha & Cintra (2007, p. 142)	Algumas vezes, o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento. Di-zemos, então, que o SUJEITO é INDETERMINADO.	a) ou na 3ª pessoa do plural. b) ou na 3ª pessoa do singular, com o pronome se .	a1) - Contaram-me , quando eu era pe-quenina, a história duns naufragos, como nós. a2) Reputavam-no o maior comilão da cida-de. b1) Ainda se vivia num mundo de certezas. b2) Precisa-se do carvalho; não se preci-sa do caniço.

Como se observa no quadro acima, a tradição gramatical, geralmente, apresenta duas possibilidades para indeterminar o sujeito: a) o verbo na terceira pessoa do plural com o pronome não expresso e b) o verbo na terceira pessoa do singular, acrescido do pronome “se”. Em se tratando dessa segunda possibilidade, os gramáticos afirmam que o pronome “se” funciona como índice de indeterminação do sujeito.

Cegalla (1981), por sua vez, distingue-se dos demais gramáticos acima mencionados quando declara que no português brasileiro há três possibilidades de indeterminar o sujeito, destacando que também há sujeito indeterminado quando o verbo está no infinitivo impessoal. Dessa forma, o próprio infinitivo impessoal é considerado uma forma nominal do verbo e, por isso, não se conjuga, já que essa forma exprime a ausência de um sujeito determinado e dispensa, portanto, a partícula “se”, que carregaria a mesma informação.

3. Estudos linguísticos sobre a indeterminação do sujeito

Nesta seção, elencaram-se os trabalhos de Cavalcante (1999) e Vargas (2010) desenvolvidos sobre o fenômeno linguístico em questão. É pertinente ressaltar que a abordagem dos trabalhos anteriormente mencionados diz respeito aos resultados obtidos pelos pesquisadores. Lançar mão desses estudos, que embora utilizem amostras diferentes, é relevante pelo fato de abordarem o tema sob perspectivas teóricas semelhantes.

Cavalcante (1999), em sua dissertação de mestrado intitulada *A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX*, realizou uma pesquisa diacrônica acerca da indeterminação do sujeito em textos jornalísticos (editoriais, opinativos e crônicas) dos séculos XIX e XX, que circulavam na cidade do Rio de Janeiro entre 1848 e 1998. Esse estudo tinha como objetivo principal “observar as estratégias para a indeterminação do sujeito (formas pronominais e usos do *se* – em sentenças finitas e não finitas) utilizadas pela língua escrita veiculada pela imprensa do Rio de Janeiro nos dois últimos séculos” (CAVALCANTE, 1999, p. 15). Para tanto, a autora utilizou como aporte teórico-metodológico os pressupostos teóricos da Teoria de Princípios e Parâmetros associados a uma perspectiva variacionista.

Em se tratando das estratégias de indeterminação em sentenças finitas por período de tempo, Cavalcante (1999) computou 2355 ocorrências de estratégias de sujeitos indeterminados, cuja distribuição se deu através dos cinco períodos de tempo estipulados. Diferentemente das estratégias apontadas pelas gramáticas tradicionais, a autora pôde notar as seguintes estratégias: *se*, *nós*, *eles*, *a gente* e *você*, “com a seguinte distribuição percentual: 47%, 37%, 43%, 31% e 18% – e uma ascendente para o pronome *se* – 45%, 46%, 55%, 61% e 62%” (CAVALCANTE, 1999, p. 67).

No que diz respeito às estratégias de indeterminação com formas não-finitas, Cavalcante (1999) totalizou 1104 ocorrências nos cinco períodos de tempo analisados, cujas variáveis dependentes foram: “formas sem *se*”, “infinitivo com *se*”, “gerúndio com *se*” e “pronominais”. De acordo com a autora, “a preferência, em todos os períodos, pela posição vazia na posição de sujeito, [confirma], até certo ponto, os preceitos da gramática tradicional” (CAVALCANTE, 1999, p. 84). A autora ainda conclui que os índices da variante “formas sem *se*” para cada período (de 1848-1869 obteve-se 68%, 74% para o período de 1891-1910, em 1935-1942 69%, 80% entre 1964-1968, em 1996-1998 computou-se 67%) “mostra que essa estratégia está em variação estável, não sofrendo a concorrência das outras estratégias analisadas” (ibidem).

Vargas (2010), assim como Cavalcante (1999), também realizou um estudo diacrônico acerca da indeterminação do sujeito na escrita padrão. Em sua dissertação de mestrado intitulada *Estratégias pronominais de indeterminação: um estudo diacrônico*, a autora analisou a evolução das formas pronominais de indeterminação do argumento externo. Para

tanto, utilizou uma amostra de 28 peças teatrais escritas no Rio de Janeiro ao longo dos séculos XIX e XX, organizadas em sete períodos distintos que compreenderam os anos de 1837 a 1992.

Como princípio teórico-metodológico, Vargas (2010) associou em sua pesquisa pressupostos teóricos do modelo de estudo da mudança proposto por Weinreich, Labov & Herzog (2006 [1968]) com a Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981). A pesquisa da autora foi orientada pelo seguinte objetivo principal: “procurar evidências que comprovem ou não a tendência ao preenchimento dos sujeitos de referência arbitrária nas peças de teatro” (VARGAS, 2010, p. 44).

De acordo com Vargas (2010, p. 57), “ao todo foram computadas 958 ocorrências de estruturas com sujeitos indeterminados em sentenças finitas e não finitas distribuídas pelos sete períodos de tempo considerados”. Desse total de ocorrências, 859 dizem respeito às sentenças finitas e 99 às sentenças não finitas. Ao analisar sentenças finitas, os resultados encontrados pela autora revelam que “ao longo do tempo ocorre a redução brusca no uso de *se* e a preferência pelo preenchimento dos sujeitos de referência arbitrária, particularmente com a utilização das estratégias pronominais *a gente e você*” (VARGAS, 2010, p. 93, grifos da autora).

Em relação às sentenças não finitas, Vargas (2010, p. 93) destaca que “os sujeitos nulos de referência arbitrária, recomendados pelas gramáticas tradicionais, concorrem com o *se*, especialmente nas duas primeiras sincronias do século XIX”. A autora ainda atesta que nos demais períodos houve “a implementação gradual de formas nominativas tal como observadas na fala espontânea” (ibidem).

4. Aporte teórico-metodológico

4.1. Interface entre a sociolinguística e a teoria gerativa

A associação entre a Sociolinguística Variacionista e a Teoria de Princípios e Parâmetros tem se mostrado muito produtiva para explicar fenômenos linguísticos presentes no português brasileiro. Adota-se da Teoria da Variação o pressuposto de que toda língua é variável e tal variação pode ou não implicar mudança; da Teoria de Princípios e Parâmetros, provém o conceito de parâmetro com traços positivos ou negativos que caracterizam as diferenças entre as línguas.

Conforme Vargas (2010), pode-se afirmar que a Sociolinguística Paramétrica constitui uma conjugação essencial para o estudo da mudança paramétrica em andamento, visto que possibilita entrelaçar as propriedades dos parâmetros, de base Gerativa, à noção de encaixamento linguístico, um dos principais problemas propostos por Weinreich, Labov & Herzog (2006) no âmbito da Teoria da Variação e da Mudança.

Como se sabe, as mudanças que ocorrem na língua não acontecem de forma isolada. Então, parte-se do pressuposto de que a mudança na marcação de um parâmetro altera outros itens da estrutura linguística. Dessa forma, por exemplo, evidências da mudança na marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo podem explicar a realização plena do sujeito de referência indeterminada no português brasileiro falado e menos monitorado. Chega-se a essa conclusão a partir dos resultados de Vargas (2010).

Logo, no presente trabalho será feita uma análise das estratégias de indeterminação do sujeito presentes em redações de alunos de um curso preparatório para vestibulares e concursos, sediado em Feira de Santana (Bahia). Será feita a análise dos dados, a partir dos postulados da Sociolinguística ligada à noção de parâmetro proposta pela Teoria Gerativa.

5. O material analisado

O *corpus* do presente trabalho é composto por 53 redações, que foram coletados durante 2011 e 2012, redigidas por alunos de um curso preparatório para vestibulares e concursos que se preparavam, em especial, para o concurso da Polícia Militar da Bahia.

Em se tratando do foco desses alunos, a escrita regida pelas gramáticas tradicionais tem de ser utilizada na prova de redação proposta por esses processos seletivos. Em virtude desse fato, este estudo objetiva investigar as estratégias para indeterminar o sujeito, utilizadas por esses alunos em seus textos⁷⁵⁵, já que comumente constatamos nas redações dos alunos a ocorrência de estratégias que não aquelas abordadas pelas gramáticas tradicionais.

6. Análise e interpretação dos dados

São expostos inicialmente os resultados gerais das ocorrências de sujeito indeterminado expresso pelas variantes $\emptyset + V + SE$, $\emptyset + VINF$, $\emptyset + V1PP$, $\emptyset + V3PP$, ‘nós’ e verbo no gerúndio, bem como os respectivos exemplos. Em seguida, são apresentados e discutidos os pesos relativos referentes aos fatores ‘tipo de verbo (classificação semântica)’ e ‘modo verbal’ que foram selecionados pelo programa GoldVarb.

Na Tabela 1, elenca-se o total de dados trabalhados, bem como o percentual de cada estratégia.

Tabela 1: Percentuais dos recursos de indeterminação levantados no *corpus*

Variantes	Número de ocorrências	Porcentagens
$\emptyset + V + SE$	44	54%
$\emptyset + VINF$	16	20%
$\emptyset + V1PP$	18	22%
$\emptyset + V3PP$	1	1%
Nós	1	1%
Gerúndio	2	2%
Total	82	100%

Conforme esperado, os textos dos alunos do curso preparatório para vestibulares e concursos apresentam preferencialmente a estratégia $\emptyset + V + SE$, que é uma das possibilidades de indeterminar o sujeito prevista pela gramática tradicional.

Percebe-se que $\emptyset + V + SE$ obteve uma frequência de 54%, sendo a estratégia mais usada entre os alunos, já que apresentou uma diferença significativa de 32 pontos percentuais em relação ao emprego do $\emptyset + V1PP$. Diante desse resultado, é perceptível o papel da escola como agência reguladora no que diz respeito ao ensino das regras prescritas pela gramática tradicional. Nesse sentido, o pronome “se”, que é pouco usado na língua falada, mantém-se na língua escrita, tendo em vista, nesse contexto, o perfil dos alunos (pré-vestibulandos e concurseiros), já que tanto os processos seletivos de vestibulares quanto os concursos públicos prezam pela utilização da língua padrão.

Observa-se também que houve baixa ocorrência do $\emptyset + V3PP$, estratégia prescrita pela gramática tradicional, bem como das variantes inovadoras ‘nós’ explícito e do verbo no gerúndio; as três estratégias tiveram um total de 4 ocorrências. Em contrapartida, o $\emptyset + V1PP$ está entre as estratégias mais usadas, representando um percentual de 22% e com uma ocorrência bem próxima encontra-se o $\emptyset + VINF$ (20%).

⁷⁵⁵ É importante ressaltar que a transcrição dos textos foi feita de acordo como foram escritos pelos alunos. Desse modo, não foi feito nenhum tipo de correção gramatical, uma vez que algumas estratégias de indeterminação apresentam formas deviantes de concordância.

Vale destacar que o maior uso do pronome “se” pode ser explicado pelo fato de os alunos terem a preocupação de produzir textos de acordo com a prescrição gramatical, uma vez que almejam a aprovação no vestibular e/ou num concurso público. Assim, as estratégias com pronomes explícitos, como ‘a gente’, ‘você’ e ‘eles’, não ocorreram no *corpus* analisado por serem estratégias mais marcadas. Houve apenas um registro do pronome ‘nós’ explícito, como pode ser observado no exemplo a seguir:

(1) **Nós Podemos** inferir que a adequada remuneração dos profissionais da segurança pública já constitui uma medida preventiva contra a violência...

Em se tratando das demais variantes controladas, abaixo listamos os seguintes exemplos encontrados nos textos dos alunos:

- Ø + V + SE

(2) **Percebe-se** que o respeito às leis e eficiência policial são grandezas...

- Ø + V1PP

(3) O que **vemos** em nosso cotidiano é que a criminalidade...

- Ø + VINF

(4) **Tentar** reverter esta situação com leis que sejam cumpridas...

- Verbo no gerúndio

(5) **Proporcionando** o aumento de efetivos poderá expandir o policiamento

- Ø + V3PP

(6) Por que não **enxergam** o nordestino como um povo trabalhador e rico em cultura ao invés de singularizá-lo de forma degradável?

7. Variáveis selecionadas

Para processar os dados, tivemos como regra de aplicação a estratégia Ø + V1PP. O *input* inicial e final de aplicação da regra foi .26. O nível de significância foi 0,018 e log likelihood foi -30,303. O programa computacional GoldVarb excluiu como não favorecedora à aplicação da regra as variáveis ‘tipo de verbo (de acordo com a GT)’, ‘tipo de oração’ e ‘sexo/gênero’ e considerou, como significativos, nesta ordem, os grupos de fatores ‘tipo de verbo (classificação semântica)’ e ‘modo verbal’.

Analisemos, portanto, cada um dos grupos de fatores selecionados e os respectivos resultados. A variável ‘tipo de verbo’ foi selecionada como o principal grupo de fatores que condiciona o uso do pronome Ø + V1PP. Tais verbos foram também classificados sob o ponto de vista semântico e distribuídos em três categorias: estativo, ação/processo e cognitivo. Observemos a explicação para cada tipo de verbo e seus respectivos exemplos:

- **Verbo estativo** – indica estado, não expressa nenhum de tipo de ação realizada pelo sujeito. Geralmente ocorre com verbos do tipo *estar*, *existir* e *ser*.

(7) **Ficamos** mais vulneráveis à corrupção e com isso há o aumento da violência...

- **Ação/processo** – o verbo de ação/processo indica que alguma coisa acontece a partir de uma ação do sujeito-agente.

(8) **Entrar** no complexo do alemão de forma organizada tenha sido a maior arma para o sucesso da operação.

• **Cognitivo** – esse tipo de verbo indica uma circunstância mais subjetiva, com sentido de conhecimento, ou seja, é algo relacionado ao campo psicológico.

(9) É de conhecimento de todos que a violência vinha crescendo devido o aumento organizado do tráfico de drogas naquela região. Daí **entendemos**, que a ocupação desse território seja uma forma de combater o crescimento de jovens que a cada instante vinham se infiltrando no crime.

Tabela 2: Uso do Ø + V1PP e ‘tipo de verbo’

Variável: tipo de verbo	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Cognitivo	10	30%	.55
Ação/processo	2	10%	.24
Estativo	6	60%	.82

Os dados indicam que o uso do Ø + V1PP é favorecido nos contextos em que se usam verbos estativos, com peso relativo de .85. Notamos ainda que essa estratégia é desfavorecida pelos verbos que indicam ação/processo, apresentando peso relativo de .24. Já os verbos cognitivos praticamente não influenciam a aplicação da regra, uma vez que o peso relativo é de .55.

Vale destacar que houve um total de 11 ocorrências de verbos estativos no *corpus* analisado, sendo apenas 1 ocorrência com o verbo no infinitivo, 4 dados com Ø + V3PS e 6 ocorrências com o Ø + V1PP, o que comprova que nos dados analisados há maior probabilidade de ocorrência dessa última estratégia com verbos estativos.

Tabela 3: Uso do Ø + V1PP e ‘modo verbal’

Variável: modo verbal	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Indicativo	14	25	.45
Subjuntivo	4	80	.91

‘Modo verbal’ foi a última variável selecionada pelo programa como significativa para a aplicação da variante em estudo. Com os resultados numéricos, percebemos que a forma Ø + V1PP é desfavorecida pelo verbo no modo indicativo, apresentando o peso relativo de .45. Os verbos no modo subjuntivo favorecem o uso da variante em análise, com peso relativo de .91. Porém, há apenas 4 dados dessa variante associada ao verbo no subjuntivo, o que pode mascarar os resultados.

Ao analisar os contextos em que a sobredita estratégia é usada, nota-se que a maioria das ocorrências acontecem em contextos que indicam condição ou hipótese. Portanto, são contextos que propiciam o uso do modo subjuntivo, bem como o uso do Ø + V1PP, como pode ser verificado nos exemplos abaixo:

(10) Para que **diminua-se** de forma gradativa a desigualdade social e preconceito...

(11) Enquanto não **tivermos** em nossa sociedade a igualdade de direitos, o acesso à educação de qualidade, cultura...

8. Algumas considerações

Ao analisar os resultados, percebemos que, apesar de alguns estudos indicarem que o pronome “se” está entrando em desuso na língua falada, ele teve grande ocorrência no *corpus* analisado, visto que se trata de dados de língua escrita. Assim, entendemos que essa é uma estratégia resgatada pela escola, porque sabemos que, no período de aquisição da linguagem, a criança pouco recebe em seu *input* dados com esse pronome.

Outro fator que merece destaque é a pouca ocorrência de pronomes explícitos (houve apenas uma ocorrência com o ‘nós’ explícito), característica que diverge dos estudos feitos com dados de fala espontânea. Assim, é válido destacar que os alunos do curso onde as redações foram coletadas são orientados a priorizar o uso do sujeito elíptico. Provavelmente, esse fator explica a baixa ocorrência de estratégias com pronomes explícitos.

Tendo em vista os resultados numéricos, percebemos que as estratégias mais usadas pelos alunos são $\emptyset + V + SE$, $\emptyset + V1PP$ e $\emptyset + VINFIN$. Com a observação dos pesos relativos, identificamos que a variante $\emptyset + V1PP$ é condicionada pelo ‘tipo de verbo’ (classificação semântica), sendo favorecida pelos verbos estativos (peso relativo de .82), e ‘modo verbal’, já que nesse grupo de fatores os verbos no modo subjuntivo favorecem a aplicação da regra, com peso relativo de .91. No entanto, no que tange a esse grupo de fatores não podemos indicar maiores explicações porque houve poucos dados nesse tempo verbal.

Diante dos resultados encontrados neste trabalho, é necessário ressaltar que os mesmos se restringem ao *corpus* analisado. Nesse sentido, cabe um estudo mais aprofundado (com uma considerável ampliação do *corpus*) acerca do objeto de estudo em questão para maiores considerações sobre as estratégias de indeterminação do sujeito. No entanto, tanto neste trabalho quanto nos trabalhos que serviram de aporte teórico para este estudo, foi possível perceber/constatar que o conceito de sujeito indeterminado ampliou-se, não se limitando apenas às formas de indeterminação registradas nas gramáticas tradicionais.

Referências Bibliográficas

CAVALCANTE, Sílvia Regina de O. **A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX.** Dissertação. (Mestrado em Letras Vernáculas). Departamento de Letras Vernáculas, Faculdade de Letras: UFRJ, 1999.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981.

CHOMSKY, Noam. **Regras e representações.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon editora Digital, 2007.

NICOLA, José de.; INFANTE, Ulisses. **Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa.** São Paulo: Editora Scipione, 2002.

VARGAS, Amanda de Santana Campos. **Estratégias pronominais de indeterminação: um estudo diacrônico.** Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** São Paulo: Parábola, 2006.

ADJETIVOS EM *-VEL* E NOMINALIZAÇÕES EM *-ÇÃO*: EFEITOS PRAGMÁTICOS EM INTERAÇÃO COM ASPECTOS FORMAIS

Bruna Elisa da Costa MOREIRA (UnB)⁷⁵⁶

Déborah Christina de Mendonça OLIVEIRA (UnB)⁷⁵⁷

Heloisa Maria Moreira Lima SALLES (UnB)⁷⁵⁸

Resumo: Neste artigo, discutimos a formação de adjetivos em *-vel* e de nominalizações em *-ção*. Ambos os sufixos são produtivos na língua e apresentam restrições do ponto de vista da base a que se ligam, sendo que estas vão além da simples escolha de determinada categoria lexical. Buscamos estabelecer a relação das propriedades desses sufixos com os efeitos pragmáticos relacionados ao uso de formas inovadoras encontradas no léxico do português do Brasil (PB). Em particular, examinamos formas como ‘presidenciável’, ‘imexível’, ‘beijação’ e ‘começão’, que têm manifestação recente, sendo vinculadas a situações discursivas informais e/ou a certas condições sociohistóricas e culturais.

Palavras-chave: Adjetivo. Efeitos pragmáticos. Nominalização. Sufixo *-ção*. Sufixo *-vel*.

1. Introdução

O presente trabalho, desenvolvido na perspectiva dos estudos formais, tem como objetivo discutir a formação de adjetivos em *-vel* e de nominalizações em *-ção*, considerando efeitos pragmáticos em interação com aspectos formais. Ambos os sufixos apresentam restrições do ponto de vista da base a que se ligam, sendo que estas vão além da simples escolha de determinada categoria lexical (cf. *Unitary Base Hypothesis* de Aronoff (1976)). Em particular, examinamos a ocorrência de formas como: ‘presidenciável’, ‘imexível’, ‘beijação’, ‘começão’, entre outras, que têm manifestação recente no léxico do português do Brasil (PB), sendo vinculadas a situações discursivas informais e/ou a certas condições sociohistóricas e culturais, estando seu uso associado a certos efeitos pragmáticos por um tipo de estranhamento que produzem.

Nossa hipótese, neste trabalho, é a de que a escolha desses sufixos justifica-se pela sua alta produtividade na língua (cf. Basílio, 2002). Buscamos examinar o lugar dos aspectos relacionados às condições discursivas que atribuem a tais formações uma significação marcada, supondo que tais ocorrências estejam relacionadas à escolha de processos de formação altamente produtivos. No PB, o sufixo *-vel* forma adjetivos, como: ‘lavável’, ‘quebrável’, que denotam o que é passível de ‘lavar’, ‘quebrar’. Estudos prévios sobre o sufixo *-able* do inglês, equivalente ao *-vel* do português, mostram que as formações apresentam propriedades passivas e modais. Esse sufixo, em geral, é acrescido a bases verbais. No entanto, no PB, há casos de formações com bases nominais como: ‘carroçável’ e ‘colunável’. Nesse grupo, podem ser incluídos ‘presidenciável’, ‘prefeitável’, ‘ministeriável’, com o significado de ‘X conferir a Y a função de presidente/ prefeito’ ou ‘X conferir a Y um ministério’, respectivamente. Em todos os casos, o verbo correspondente (‘presidir’,

⁷⁵⁶ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB), Brasil. E-mail: brunaelisa@unb.br. Bolsista CAPES.

⁷⁵⁷ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB), Brasil. E-mail: deboraholiveira@unb.br.

⁷⁵⁸ Professora Associada da Universidade de Brasília, Brasil. E-mail: hsalles@unb.br.

‘prefeitar’, ‘ministeriar’) não é atestado no léxico, o que vem confirmar que a regra não precisa ser aplicada a partir de uma base verbal.

Igualmente interessante é o caso das formações com o sufixo *-ção* como: ‘começão’, ‘falação’ e ‘beijação’, as quais, além de descrever o evento, manifestam um significado iterativo. Cabe notar que seu uso está associado a contextos informais, atribuindo, geralmente, uma avaliação pejorativa em relação ao evento descrito. Essas nominalizações se distinguem, portanto, de formações como ‘construção’ e ‘elaboração’, em que não se identificam tais propriedades.

A discussão quanto à natureza da regra que gera o adjetivo tem um significado teórico importante, com implicações para o lugar da morfologia na gramática. A esse aspecto se acrescenta o fato de que, nos exemplos citados, existe algum tipo de “violação” à regra de formação. No caso de formas como ‘presidenciável’, a ausência do verbo correspondente poderia ser o elemento que contribui para forçar uma leitura marcada, com implicações para efeitos pragmáticos associados ao seu uso – no caso dessas formas, sabe-se que surgiram quando da redemocratização do Brasil, e estão em consonância com a vitalidade das campanhas eleitorais no país, desde então, e com a atividade política. No caso de ‘imexível’, tem-se a aplicação do sufixo *-vel* a uma base verbal que seleciona um locativo (‘mexer em algo’), o que distingue tal caso da regra geral, em que o verbo é transitivo (lavar o carro/ o carro é lavável). Essa situação pode ser comparada a ‘gostável’ e ‘ficável’, em que o verbo correspondente seleciona um complemento preposicionado (‘gostar de algo/ alguém’; ‘ficar com alguém’), este último descrevendo relacionamentos fortuitos, geralmente entre jovens casais.

No caso das nominalizações em *-ção*, com leitura iterativa, como ‘começão’, ‘beijação’, a relação com o verbo pode ser observada por meio da estrutura argumental e por meio da leitura de evento possível para esses nomes (X comer Y/muito; X beijar Y/muito → A começão (=prolongada/intensa/repetida) de Y por X; A beijação (=prolongada/intensa/repetida) de Y em X). A partir da discussão das propriedades aspectuais dessas formações, pretende-se abordar questões relativas às categorias das formas derivantes e das formas derivadas, no que se refere às restrições de escolha da base pelo sufixo e à noção de produtividade (cf. Aronoff, 1976; Di Sciullo & Williams, 1987), na interação com os efeitos pragmáticos associados ao seu uso.

Nosso trabalho apresenta cinco seções, de forma que a seção 2 apresenta uma discussão acerca da morfologia derivacional e da noção de produtividade, conceitos essenciais para discutir os sufixos em análise. A seção 3 traz uma caracterização geral dos dados, ou seja, dos adjetivos formados com o sufixo *-vel* e das nominalizações formadas com o sufixo *-ção* iterativo. A seção 4, por sua vez, discute esses dois tipos de formação do PB, considerando as suas características formais e pragmáticas. Por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais acerca da discussão proposta.

2. Morfologia derivacional, palavras possíveis e a questão da produtividade

À primeira vista, processos da morfologia derivacional parecem triviais. Uma palavra derivada como ‘lavável’ é criada de forma transparente, a partir da concatenação de um sufixo derivacional (*-vel*) a uma base, palavra categorizada na língua (o verbo ‘lavar’), e este processo é regido por alguns princípios. Tradicionalmente, considera-se que esse sufixo, em geral, seleciona verbos. Essa é a intuição subjacente a vários trabalhos que abordaram a formação desses adjetivos, e é nesse sentido que podemos falar em uma regra de formação de palavras: a regra de *-vel* determina que esse sufixo selecione uma base verbal.

De modo semelhante, o sufixo *-ção* também seleciona uma base verbal para formar nomes. A respeito da produtividade desse sufixo, estudos anteriores (Basílio, 1993; 1996;

Rocha, 1999a) apontam que o sufixo *-ção* (no seu sentido canônico) é o sufixo nominalizador mais produtivo do português. No seu uso iterativo, o sufixo *-ção* também apresenta alta produtividade, uma vez que pode ser aplicado a um grande número de bases verbais, tais como: ‘varreção’, ‘bateção’, entre outros. Encontramos, no entanto, algumas restrições na aplicação desse sufixo, as quais serão apresentadas na seção 3 deste trabalho.

A produtividade de uma Regra de Formação de Palavras (RFP) pode ser definida, inicialmente, como a possibilidade que essa regra tenha de formar novas palavras no léxico da língua (cf. Aronoff, 1976). De acordo com Basílio (1999), o conceito de produtividade lexical é problemático porque o produto de uma RFP se incorpora ao léxico, o que permite a contagem de produtos de regras enquanto reflexo de frequência de aplicação. O conceito de produtividade, portanto, deve ser entendido como o conjunto de condições estruturais de uma regra na definição de construções morfológicas possíveis. Assim, padrões morfológicos produtivos são aqueles cujos produtos não se restringem somente às palavras já existentes na língua.

De acordo com Aronoff (1976), no que concerne à morfologia derivacional, há uma distinção importante a ser feita entre a classe de ‘palavras possíveis’ e a classe de ‘palavras reais’ na língua. A intuição subjacente a essa divisão, já estava presente na discussão de Halle (1973) sobre ‘palavras potenciais’ e ‘palavras reais’. Para Halle (1973), os falantes de uma língua têm conhecimento não apenas sobre as palavras da língua, mas também sobre sua composição e estrutura. No que diz respeito aos fenômenos derivacionais, essa questão é evidente, e é nesse sentido que podemos cunhar formas inovadoras como ‘presidenciável’, ‘imexível’, ‘beijação’, ‘começão’ e ‘estudação’.

3. Caracterização geral dos dados

Como afirmado na introdução deste trabalho, esta seção apresentará uma caracterização geral dos dados em análise. Na primeira parte, serão apresentadas as características formais e pragmáticas dos adjetivos em *-vel* e, na segunda parte, as características das nominalizações formadas com o sufixo *-ção* iterativo.

3.1. Os adjetivos em *-vel*

Conforme mencionado, o sufixo *-vel* tem sido associado a bases verbais, especialmente àquelas sujeitas à passivização – verbos transitivos que tomam um objeto direto (‘lavável’, ‘quebrável’, ‘descartável’). O adjetivo resultante predica do argumento que, no correlato verbal, é realizado na posição de argumento interno (tema). Segundo Basílio (2002, p. 57), “*-vel* se combina com verbos para formar adjetivos que qualificam algo ou alguém ‘paciente potencial em relação ao verbo base’”. Estudos prévios sobre esses adjetivos em outras línguas (cf. Aronoff, 1976; Wasow, 1977; Fabb, 1984; Oltra-Massuet, 2010; Wood, 2013) mostram que, além de compartilharem propriedades com as construções passivas e de voz média e expressarem caráter estativo e modal, esses adjetivos podem ser divididos em duas grandes classes.

Uma classe é produtiva, formada por adjetivos regularmente derivados de verbos, na qual o adjetivo “herda” a estrutura argumental do verbo base e é parafraseado *grosso modo* como “que pode ser/passível de ser + verbo no particípio”. Essa classe inclui os chamados adjetivos potenciais, como ‘lavável’, ‘divisível’, ‘manipulável’, ‘quebrável’ etc. A outra classe de adjetivos não apresenta a mesma relação direta e transparente com a base, podendo esta ser um nome ou uma raiz. A interpretação semântica do adjetivo formado não está necessariamente associada à mesma parafrase proposta para os adjetivos do grupo anterior. Essa classe inclui os chamados adjetivos não potenciais ou avaliativos, como ‘amigável’,

“característico de amigo, amistoso”, ‘adorável’, “digno de adoração”; ‘temível’, “que causa temor”, ‘formidável’, “colossal, gigantesco” etc.

Neste artigo, nosso interesse são formações em que a regra da formação em *-vel* recorre a uma base nominal, conforme proposto por Basílio (2002), como ‘presidenciável’, ‘ministeriável’ e ‘prefeitável’, considerados denominais pela ausência dos verbos correlatos no português, além de formas como ‘colunável’, “indivíduo que pode ser citado nas colunas dos jornais e revistas”, e ‘carroçável’, “por onde podem transitar carroças, carros e veículos afins”⁷⁵⁹, as quais também não apresentam contraparte verbal. Ainda a respeito de formas para as quais a regra de formação não se aplica canonicamente, temos o adjetivo ‘imexível’, cunhado na fala, em que o sufixo *-vel* seleciona o verbo ‘mexer’, que não é passivizável, pois seleciona um argumento locativo (e não um argumento na posição de objeto direto). Para o adjetivo derivado ‘imexível’, podemos supor a derivação da contraparte indireta do verbo ‘(não) mexer em’; logo, ‘imexível’ seria “aquilo (em) que não se pode mexer”.

3.2. As nominalizações em *-ção* com valor iterativo

Conforme mencionado, o sufixo *-ção* forma nominalizações no português a partir de bases verbais. Em seu uso canônico, o sufixo *-ção* forma nomes, como ‘construção’, ‘transformação’ e ‘organização’. Em seu uso iterativo, esse sufixo forma nominais, tais como: ‘varreção’, ‘bateção’, que indicam a repetição de um evento. Esse valor semântico diferente do sufixo é denominado de *-ção* iterativo (cf. Rocha, 1999b). O aspecto iterativo denota um evento que se repete uma vez ou uma série de vezes. Por exemplo, nas formações denotadas pelo prefixo *re-*, tais como: ‘reler’, ‘recomeçar’ e ‘refazer’, o prefixo denota um evento que se repete pelo menos uma vez. Diferentemente, nos casos das formas em *-ção* aqui consideradas, a repetição tem de envolver muitos eventos seguidos.

Considerem-se os exemplos a seguir:

- (1) A Paula vive numa beijação sem fim com o Ricardo.
- (2) Menina, deixa dessa começão de doce! Assim você vai engordar.
- (3) A minha esposa passou o dia nessa limpeza de casa.
- (4) Quem não tem namorado, fica só na pegação.

Essas formações do PB, quando contextualizadas, remetem a uma semântica diferente da que temos observado para o sufixo *-ção* iterativo. A ideia expressa nos dados de (1) a (4) é de ação repetitiva, que pode ser caracterizada pelo aspecto iterativo, mas à qual, conforme mencionado, pode-se atribuir também uma avaliação negativa. Dadas as características de iteratividade, o sufixo *-ção* nessas formações parece sofrer uma especialização quanto ao tipo de predicado verbal ao qual se adiciona, ocorrendo, preferencialmente, com bases verbais marcadas por uma semântica de processo. Entretanto, observa-se a ampliação do uso dessa formação com outras bases, por exemplo, com verbos psicológicos, conforme ilustrado em (5), e estativos, conforme ilustrado em (6).

- (5) Esses dias eu estou esquisito, numa pensação sem fim.
- (6) A Marlene não tem namorado, agora tá só na ficação.

Os dados (5) e (6) demonstram que a regra de formação com o sufixo *-ção*, que forma nomes com aspecto iterativo, pode ser aplicada a predicados de diferentes classes, desde que

⁷⁵⁹ Dicionário Houaiss (2009).

indiquem processo ou denotem duração. A relação com o verbo derivante se mantém por meio da estrutural argumental e por meio da leitura de evento possível para esses nomes.

Essa acepção de iteratividade do sufixo *-ção* já foi apontada em trabalhos anteriores (Basílio, 2002; Rocha, 1999b; Oliveira, 2005, Maroneze, 2006). Basílio (2002) afirma que o sufixo *-ção* pode apresentar um uso pejorativo, como referência a uma ação exagerada em sua habitualidade. A autora afirma que, nesses casos, temos o sufixo *-ção* nominalizador em um caso típico de pejoratividade e apresenta como exemplos: ‘bateção’, ‘encheção’ e ‘torração’. Maroneze (2011) também afirma que o sentido iterativo do sufixo *-ção* é uma outra acepção do sufixo que indica “ação de V repetidas vezes” e apresenta exemplos como: ‘beijação’ e ‘tocação’. Outra questão interessante em relação a essa ideia de ação repetitiva é a existência de formas não recentes da língua portuguesa e que já expressam essa noção, mesmo com a presença de outros sufixos. É o caso de ‘cantoria’, ‘falatório’, ‘comilança’ e ‘gritaria’, que possuem uma semântica de ação repetitiva, muito semelhante à noção expressa pelas formações com *-ção* iterativo.

Observa-se, portanto, que, nos casos analisados, o sufixo *-ção* não apresenta a mesma caracterização semântica presente em formas como: ‘construção’ e ‘transformação’. Se testarmos a possibilidade de co-ocorrência entre os sufixos, concluiremos que eles possuem a mesma função, formar nominalizações, uma vez que formas como: ‘*queimaçãoção’ ‘*mastigaçãoção’ são impossíveis. Isso indica que não há como aplicar o sufixo *-ção* iterativo em formas que já possuem o sufixo nominalizador *-ção*. A estrutura sintática deles é a mesma e por isso eles não podem co-ocorrer. Ademais, parece que o *-ção* iterativo não pode gerar esse aspecto iterativo em formas já consagradas com o sufixo *-ção*, como: ‘organização’ e ‘traição’. Para essas formas, a interpretação de aspecto iterativo é bloqueada.

4. Discussão

Defendemos que as formas em *-vel* consideradas inovadoras, apesar de parecerem se desviar da regra, são, na verdade, regulares, criadas a partir da regra produtiva de *-vel*, alinhando-se, portanto, ao grupo de adjetivos ‘potenciais’. Isso mostra que as condições discursivas em que existe uma pressão comunicativa para um significado marcado, as formas criadas correspondem a regras produtivas, o que mostra que o conhecimento ativo dos falantes é colocado em prática na criação desses adjetivos. A respeito de formações inovadoras criadas com base em nomes de cargo ou função (‘presidente’, ‘ministro’), segundo Basílio (2002, p. 57):

A construção sobre substantivos tem função idêntica à de base verbal: formar adjetivos que qualificam algo ou alguém como paciente potencial. Só que, não sendo a base um verbo, o produto do processo passa a caracterizar alguém como paciente do processo relativo à base: no caso, nomeação ou escolha para o cargo.

Vemos que a autora mantém a intuição de que esses adjetivos são formados a partir da regra de *-vel*, uma vez que “tem função idêntica à de base verbal”. No entanto, Basílio (2002) aborda esses casos como exceções à regra de *-vel*, a partir do “fenômeno da extensão de base”, por meio do qual a autora explica que a base considerada para a afixação é estendida para abarcar nomes, além de verbos. Crucialmente, esta é a proposta da autora: os adjetivos ‘presidenciaível’, ‘reitorável’ e ‘prefeitável’ são formados a partir dos nomes ‘presidente’, ‘reitor’ e ‘prefeito’, respectivamente, e constituem exceções à regra, aplicando-se a essas bases não o critério de escolha da categoria lexical, mas critérios semânticos, uma vez que todas fazem referência a um “cargo ou função”. Basílio (2002) propõe a redefinição da regra para incluir os casos excepcionais nominais, com base em critérios semânticos. Conforme a

autora: “Não se trata, porém, de qualquer substantivo, mas apenas aqueles correspondentes a cargos ou funções. Este particular nos indica que a disponibilidade para formações em *-vel* vem de um fator semântico, em oposição a fatores morfológicos ou sintáticos” (Basílio, 2002, p. 58). Ao formular um critério semântico tão específico para licenciar as formações com base nominal, torna-se difícil lidar com outros possíveis casos em que nomes sirvam de base para formar esses adjetivos.

É o caso de adjetivos para os quais não se pode postular a existência de um verbo correlato, como os já citados ‘colunável’ e ‘carroçável’. A análise da autora não é capaz de incluir esses adjetivos, e a formulação de mais critérios semânticos para abarcar esses exemplos não é desejável. A proposta tem afinidade com uma teoria como a de Aronoff (1976), na qual os processos derivacionais estão sujeitos a regras de escolha do sufixo por uma base de determinada categoria e não por raízes/ bases acategoriais.

De fato, conforme mencionado, todos esses adjetivos com bases nominais denotam potencialidade, conforme ilustrado a seguir:

- (7) a. ‘presidenciável’: quem tem possibilidade de se eleger presidente
 b. ‘carroçável’: por onde podem transitar carroças
 c. ‘colunável’: que pode ser citado nas colunas dos jornais e revistas
 d. ‘imexível’: no que não se pode mexer

Assim, esses adjetivos não constituem de fato exceções; pelo contrário, eles vêm confirmar a regra (e a intuição) de que *-vel* liga-se a bases que predicam (exatamente como os verbos), conforme mostram Salles & Mello (2005). Os adjetivos ‘carroçável’ e ‘colunável’ são regularmente formados com base na regra produtiva dos adjetivos em *-vel* (referente ao grupo de adjetivos que denotam uma situação potencial), revelando a aplicação do conhecimento de mundo sobre a composição e a estrutura das palavras de que fala Halle (1973) (palavras potenciais e palavras reais). O grupo de adjetivos do tipo ‘presidenciável’ é semanticamente coeso, uma vez que se refere a nomes de cargo ou função. No entanto, não é tanto a demanda semântica que este grupo impõe para formar esses adjetivos, como sugeriu Basílio (2002). É a característica desse tipo de nome nas línguas que possibilita a formação dos adjetivos em *-vel* correspondentes. Semanticamente, as formas ‘presidenciável’, ‘carroçável’ e ‘colunável’ não formam um grupo coeso, como os adjetivos que se referem a nomes de cargo ou função; no entanto, compartilham o fato de que denotam um evento. A paráfrase desses adjetivos implica uma espécie de aporte verbal (ligado à noção de possibilidade): ‘(passível de se) fazer presidente/ministro/reitor/prefeito etc.’; ‘(por onde se pode) TRANSITAR carroças’; e ‘(quem pode) FIGURAR/ser citado na coluna de jornal ou revista’. Nesse sentido, falamos que esses adjetivos vêm confirmar a regra, em vez de serem exceções. O critério aplicado é o de que esses adjetivos têm interpretação potencial e implicam um evento, alinhando-se aos adjetivos potenciais, o grupo considerado produtivo de adjetivos potenciais.

Em relação ao sufixo *-ção* iterativo, o que observamos na descrição dos dados é que esse sufixo traz uma propriedade semântica de iteratividade, além de manter a ideia consagrada de “ato de x”, ou seja, implica um evento, interpretação prevista para as nominalizações, como ilustrado nos dados de (1) a (6), a que se pode acrescentar outros dados (cf. (8) e (9)):

- (8) Vocês deviam parar com essa faltação de aula.
 (9) Deixa dessa bateção⁷⁶⁰ de porta. Tá incomodando!

⁷⁶⁰ Note-se que, no exemplo (9), o item ‘bateção’ é usado com avaliação negativa, e distingue-se de (i) *A bateção do café já começou na fazenda*, que descreve uma atividade rotineira e pertence ao jargão de uma atividade.

Conforme observado, esse tipo de ocorrência está associado a efeitos pragmáticos específicos da linguagem informal, recebendo geralmente uma avaliação pejorativa. Além disso, observamos que esse uso do sufixo *-ção* iterativo não está habilitado para as formas nominalizadas já consagradas com o sufixo *-ção*. No entanto, formas consagradas com o sufixo *-ção*, como ‘natação’, que sofre uma reestruturação morfológica em relação à base verbal ‘nadar’, podem ter um *doublet* com o *-ção* iterativo, conforme ilustrado abaixo:

(10) Esse menino passou o dia nessa natação sem fim.

Devido ao seu caráter informal, é esperado que o *-ção* iterativo não seja aceito com formas verbais típicas da linguagem formal, tais como: ‘depor’, ‘tolerar’, ‘desempenhar’ ou ‘gerenciar’. Outra restrição que parece existir é com verbos que apresentam um caráter de permansividade, como apontado por Rocha (1999b). Podem ser incluídos nessa lista, verbos como: ‘ser’, ‘estar’, ‘possuir’ e ‘existir’, que, por não incluírem um processo, seus conteúdos semânticos não são passíveis de uma repetição, pois descrevem apenas uma situação e não admitem ser modificados por expressões do tipo: ‘várias vezes’, ‘repetidamente’ etc., como demonstrado a seguir:

(11) *No Brasil existem várias vezes lugares belíssimos.

(12) *O sol está repetidamente amarelo.

Os fatos expostos acima levantam as seguintes perguntas: quantos sufixos *-ção* há no português? Considerando-se o *-ção* canônico e o *-ção* iterativo, trata-se de sufixos homófonos? São a mesma entrada lexical ou são um caso de especialização semântica? A partir dos fatos observados, assumiremos que o sufixo *-ção* apresenta uma estrutura sintática e morfológica única, pois em suas duas acepções o sufixo possui a mesma função e ocupa as mesmas posições; entretanto, com diferentes configurações semânticas.

5. Considerações finais

Este trabalho discutiu o sufixo *-vel* e o sufixo *-ção*, na formação de adjetivos e de nominalizações, respectivamente. Verificamos, em particular, formações recentes do português do Brasil, tais como: ‘presidenciável’, ‘colunável’, ‘falação’ e ‘beijação’, as quais estão associadas a condições discursivas específicas.

Verificamos, por um lado, que as formas em *-vel* do tipo ‘presidenciável’, ‘colunável’, apesar de não serem formadas a partir de bases verbais disponíveis, são formas regulares, criadas pela mesma regra produtiva que recorre a bases verbais (transitivas), demonstrando que as condições discursivas em que essas formas são criadas estão de acordo com as condições de licenciamento desse tipo de adjetivo no PB. Portanto, os adjetivos em *-vel* formados a partir de bases nominais não constituem uma exceção, pois permanece a intuição de que existe um tipo de causação/ mudança de estado/ posição denotado por essas formações. Ademais, os nomes aos quais esse sufixo pode se anexar apresentam uma propriedade predicativa.

Por outro lado, verificamos que as nominalizações em *-ção* iterativo constituem uma formação regular do PB. Observou-se, ainda, que essas nominalizações estão relacionadas a situações discursivas informais, podendo apresentar uma avaliação pejorativa. Os dois tipos de formação implicam a descrição de um evento, devido à relação das formas nominais com uma contraparte verbal. As criações recentes examinadas e associadas a contextos discursivos

marcados revelam também como o conhecimento dos falantes sobre a composição e a estrutura das palavras é colocado em prática.

Referências Bibliográficas

ARONOFF, Mark. *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1976.

BASÍLIO, Margarida. Formação e Uso da Nominalização Deverbal no Português Falado. In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 1993, Goiânia. Anais. Goiânia, vol. 2, 1993. p. 557-562.

BASÍLIO, Margarida. Formação e Uso da Nominalização Deverbal Sufixal no Português Falado. In: CASTILHO, Ataliba & BASÍLIO, Margarida. (org.) *Gramática do Português Falado*. Vol. IV: Estudos Descritivos. Campinas: Editora da Unicamp / São Paulo: FAPESP, 1996. p. 23-30.

BASÍLIO, Margarida. A Morfologia no Brasil: indicadores e questões. *DELTA*, vol. 15, n. especial, p. 53-70, 1999.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria Lexical*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FABB, Nigel. Syntactic affixation. 1984. 264f. Tese (Doutorado em Linguística). Departamento de Linguística e Filosofia, Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1984.

HALLE, Morris. Prolegomena to a theory of word formation. Disponível em: <<http://babel.ucsc.edu/~hank/mrg.readings/Halle1973.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. de 2013.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, Ltda., 2009.

MARONEZE, Bruno. Empregos dos sufixos nominalizadores no português brasileiro contemporâneo. In: IX ENAPOL, 2006, São Paulo. Anais. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Déborah. Nominalizações no Português do Brasil: Aspectos Morfossintáticos e Semânticos. 2005. 91 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

OLTRA-MASSUET, Isabel. On the morphology of complex adjectives. 2010. 280 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, 2010.

PEREIRA, R. V.; SILVESTRE, J. P.; VILLALVA, A. Os adjetivos em -vel formados em português: estrutura argumental, estrutura temática e aspeto da base verbal. *ReVEL*, v. 11, n. 20, 2013. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br>>. Acesso em: 10 de maio 2013.

ROCHA, Luiz Carlos. *Estruturas Morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999a.

ROCHA, Luiz Carlos. As nominalizações no português do Brasil. *Revista Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 5-51, jan./jun. 1999b.

SALLES, Heloisa; MELLO, Maria Aparecida. Adjetivos em -vel: formação e produtividade. Disponível em: <<http://www.revistainvestigacoes.com.br/volume-18-N2.html>>. Acesso em: 10 de jan. 2013.

WASOW, Tom. Transformation and the lexicon. In: CULICOVER, P. W., WASOW, T., AKMAJIAN, A. (eds.). *Formal Syntax*. p. 327-360. New York, San Francisco, London: Academic Press Inc., 1977.

WOOD, Jim. SIGUROSSON, Einar. Icelandic deverbal adjectives and case-alternations. Disponível em: <http://www.ling.upenn.edu/Events/PLC/plc37/abstracts/Wood-Sigurdsson_PLC37.pdf>. Acesso em: 28 de maio 2013.

ASPECTOS SINTÁTICOS DOS MARCADORES NEGATIVOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Moacir Natercio FERREIRA JUNIOR (UnB)⁷⁶¹

Resumo: Este trabalho investiga diferenças no comportamento sintático dos marcadores negativos no português brasileiro (PB), considerando particularmente os contextos de restrição à ocorrência da negação pós-verbal. O PB desenvolveu diferentes estratégias de posicionamento dos marcadores negativos, sendo permitido o posicionamento da negação pré-verbal (NEG-V), pós-verbal (V-NEG) e a dupla-negação (NEG-V-NEG). Neste estudo, adota-se a proposta de Zanuttini (1991), que considera a existência de duas posições diferentes para alocar os marcadores de negação em relação ao verbo: uma posposta, que abriga um marcador negativo de caráter adverbial, e uma anteposta, em que o marcado tem caráter gramatical e estatuto de clítico. Os marcadores negativos classificados como gramaticais possui posição fixa em relação ao verbo: sempre prepostos, inclusive com infinitivos, não admitindo ser separados do verbo, salvo por pronome átono. Já os marcadores negativos classificados como adverbiais não possuem posição fixa em relação ao verbo e admitem ser separados do verbo por elementos intermediários. Dessa forma, a autora observa que há evidência de que marcadores românicos de negação pré-verbais são “elementos da morfossintaxe verbal”, pois interagem com outros elementos a ela associados; marcadores de negação pós-verbal, ao contrário, são elementos morfossintaticamente autônomos, com distribuição semelhante à de advérbios. Seguindo Zanuttini (1991), Ramos (2006) destaca o enfraquecimento do marcador negativo pré-verbal (não > num) no PB, mas não em posição final (obrigatoriamente tônico). Além disso, considera a co-ocorrência dos marcadores pré-verbal e pós-verbal (a dupla negação) como uma forma inovadora no PB. Assim, o português brasileiro apresenta o surgimento de uma “negação adverbial” pós-verbal, o qual interage com o enfraquecimento da negação pré-verbal. Demonstra-se, neste estudo, que existem diferenças no comportamento dos marcadores negativos em posição pós-verbal (V-NEG), em oposição à dupla negação (NEG-V-NEG). Em particular, há contextos de restrição à ocorrência exclusiva do marcador negativo pós-verbal (V-NEG) na sentença, sendo necessária a dupla negação para que a sentença seja bem formada.

Palavras-chave: negação pré-verbal; negação pós-verbal; ciclo de Jespersen; mudança linguística

1. Introdução

Este trabalho investiga diferenças no comportamento sintático dos marcadores negativos no português brasileiro (PB), considerando, particularmente, os contextos de restrição à ocorrência dos marcadores negativos pós-verbais. Demonstra-se que o PB manifesta três estratégias de posicionamento dos marcadores negativos, a saber a negação pré-verbal (NEG-V), a negação pós-verbal (V-NEG) e a dupla negação (NEG-V-NEG), tomando-se por base estudos prévios de Vitral (1999) e Ramos (2006). Essas diferentes estratégias apontam para a realização no PB do chamado Ciclo de Jespersen, apresentado para o francês em Zanuttini (1991).

⁷⁶¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, sob orientação da Profa. Dr^a Heloísa Maria Moreira Lima Salles. Email: mnfjuniortkd@gmail.com.

Nesse sentido, esse trabalho discutirá os seguintes fenômenos relacionados aos marcadores negativos no PB: o enfraquecimento do marcador negativo pré-verbal, a existência ou não de restrição à ocorrência de marcadores negativos pós-verbais, a saber, em contextos de encaixamento, em contextos de imperativo com verbos não-finitos, em contextos de tópico e sentenças interrogativas. Assume-se que o enfraquecimento da forma pré-verbal de negação e a existência de contextos de restrição à ocorrência da forma pós-verbal são evidências de que o PB esteja, diacronicamente, situado no segundo estágio do Ciclo de Jespersen.

2. Natureza dos marcadores negativos

Diversos trabalhos a respeito do posicionamento dos marcadores negativos já foram realizados (ZANUTTINI, 1991, 1994; MIOTO 1991). A análise de Zanuttini (1994) demonstra, a respeito dos marcadores negativos românicos, a existência de duas posições diferentes para alocar os marcadores de negação em relação ao verbo: uma posposta, que abriga um marcador negativo forte, de caráter adverbial (cf. (1a)-(1b)), e uma anteposta, de caráter gramatical e com estatuto de clítico, sendo, portanto, fraca (cf. (2a)-(2b)). Os marcadores negativos classificados como gramaticais possuem posição fixa anteposta verbo, inclusive com infinitivos, não admitindo serem separados do verbo, salvo por pronomes átonos. Já os marcadores negativos classificados como adverbiais não possuem posição fixa em relação ao verbo e admitem ser separados do verbo por elementos intermediários.

Marcadores negativos com caráter adverbial	Marcadores negativos com caráter gramatical
Piemontês a. Maria a mangia nen Maria ela come não ‘Maria não come.’ b. Maria a l’ ha nen parlá tant Maria ela o tem não falado tanto ‘Maria não falou muito.’	Italiano a. Non me l’a ancora detto Não me o tem ainda dito ‘Não me disse isso’ b. Ancora non me l’a detto c. *Non <u>ancora</u> me l’a detto

Dessa forma, de acordo com Zanuttini (1994), há evidência de que marcadores românicos de negação pré-verbais sejam “elementos da morfossintaxe verbal”, pois interagem com outros elementos a ela associados; marcadores de negação pós-verbal, ao contrário, seriam elementos morfossintaticamente autônomos, com distribuição semelhante à de advérbios.

Passamos a expor características da negação no português brasileiro, tomando como referência a hipótese de que manifesta propriedades definidas pelo Ciclo de Jespersen.

3. A sintaxe inovadora dos marcadores negativos no PB

3.1. O Ciclo de Jespersen para os marcadores negativos

O chamado Ciclo de Jespersen (1917) apresenta a constatação de que nas línguas que realizam negação pré-verbal, há uma tendência ao enfraquecimento e à posterior redução dessa forma, por razões fonológicas.

Com o enfraquecimento do marcador pré-verbal, assegurar que a sentença seja, de fato, negada, requer um novo marcador negativo realizado na sentença. Esse novo marcador (ao contrário do anterior, que possui características de núcleo) possui características de

especificador e ocorre após o verbo. Por ser considerado um marcador forte, pode realizar a negação da sentença sem o acompanhamento do marcador pré-verbal.

Em estudo sobre o desenvolvimento da negação no francês, Zanuttini (1994) identifica a existência de dois diferentes marcadores negativos, cujo surgimento permite relacionar com o ciclo de Jespersen: à forma tônica pré-verbal segue-se sua redução e posterior apagamento nas sentenças, que finaliza com a possibilidade de realização independente do marcador pós-verbal. Esse ciclo também pode ser observado no português brasileiro, conforme ilustrado contrativamente com o desenvolvimento no francês, no quadro a seguir:

	Francês	PB
Forma tônica	Jeo ne di	Não digo.
Forma enfraquecida	Jeo ne dis.	Num digo.
Nova forma tônica	Je ne dis pas.	Não/Num digo não.
Apagamento da forma enfraquecida	Je __ dis pas.	Digo não.

Na próxima seção, retomamos as características dos marcadores negativos no PB. Inicialmente será apresentada sua distribuição, passando-se à discussão a respeito da redução da negação pré-verbal e, por fim, será proposta a análise dos dados acerca dos contextos de ocorrência da negação pós-verbal.

3.2. Os marcadores negativos no PB

Conforme mencionado, o português brasileiro (PB) desenvolveu três estratégias de posicionamento dos marcadores negativos na sentença: a negação pré-verbal (NEG-V), a negação pós-verbal (V-NEG) e a dupla negação (NEG-V-NEG), exemplificadas em (3a), (3b) e (3c), respectivamente:

- (3) a. Maria **não** viu o acidente. (NEG +V)
- b. Maria **não** viu o acidente **não**. (NEG +V+NEG)
- c. Maria viu o acidente **não** (V+NEG)

Em (3a), o marcador negativo pré-verbal (NEG-V) apresenta forte evidência de ser uma categoria gramatical: (i) possui posição fixa em relação ao verbo, sempre anteposto, inclusive com infinitivos; (ii) não admite ser separado do verbo por elemento interveniente, salvo por pronomes átonos. Em (3b), a dupla-negação (NEG-V-NEG) é formada por um marcador átono, anteposto, associado a um marcador que apresenta características adverbiais. Os marcadores pós-verbais não possuem posição fixa em relação ao verbo, admitindo, portanto, a ocorrência de elementos intervenientes na relação com o verbo (compare-se (3b) com *Maria não viu não o acidente*). Em (3c), tem-se a ocorrência do marcador negativo em posição final da sentença, sem, no entanto, co-ocorrer com o marcador pré-verbal.

3.2.1. Enfraquecimento do marcador pré-verbal

Conforme Ramos (2006), a realização do marcador negativo pré-verbal no PB apresenta um processo de enfraquecimento, o que implica a existência da forma ‘num’ em contexto pré-verbal. Observa-se em dados como (4).

(4) Maria num viu o acidente. (NEG +V)

Por hipótese, a natureza fraca do marcador negativo pré-verbal tornaria necessária a ocorrência de outro marcador negativo na sentença, gerando a dupla negação [Não-V-não], conforme (5). Considera-se que a ampliação no uso da dupla negação, atestada em dados do PB dialetal, constitui evidência favorável à confirmação da hipótese de que o Ciclo de Jespersen seria observado no PB. Nesse sentido, a ocorrência da oração somente com a negação fraca pré-verbal, conforme (4), não é considerada um contra-exemplo, mas uma variante da gramática da dupla negação, sendo a ausência do marcador pós-verbal, nesses casos, determinada por fatores no nível de PF – havendo evidência independente para a manifestação dessa gramática em estruturas com verbos no imperativo (conforme SCHERRE et al. 2007 e FERREIRA JR. 2011).

(5) O professor **num** deixou você sair da sala **não**.

Ainda há a possibilidade de que a negação pós-verbal (V+NEG) negue a sentença independentemente. No entanto, o marcador negativo pós-verbal não pode ocorrer na forma reduzida, conforme ilustrado em (6).

(6) Comprei o carro não/***num**.

Os exemplos de (4) a (6) permitem a seguinte conclusão parcial: marcadores negativos pré-verbais podem ocorrer de duas formas, sendo uma delas a forma enfraquecida ‘num’. Na presença do marcador de negação na forma reduzida, tem-se, por hipótese, o desenvolvimento da negação pós-verbal. A ocorrência da forma ‘num’ se dá exclusivamente em contextos pré-verbais. Pode ocorrer isoladamente ou associada a um marcador negativo pós-verbal.

3.2.2. Contextos de restrição à ocorrência de marcadores negativos pós-verbais

Um dos contextos de interesse para essa discussão é a ocorrência de marcadores negativos pós-verbais em contexto de encaixamento.

- (7) a. João não/num quer que você vá não.
 b. *João ___ quer que você vá não⁷⁶².

Teoricamente, a restrição no contexto de encaixamento existe em razão de que, nesse contexto, a proposição deva ser negada, também, na oração principal. O marcador negativo, somente após a sentença encaixada, não é interpretado como tendo escopo sobre a sentença principal, restringindo-se à encaixada. Nesse caso, para que a sentença seja gramatical, é necessário haver a estrutura (NEG+V) ou (NEG+V+NEG), com ambas as possibilidades para o marcador pré-verbal, conforme (7a). O exemplo (7b) é, portanto, agramatical, em razão da a negação pós-verbal não ter escopo sobre a sentença oração principal.

Outra restrição à ocorrência dos marcadores pós-verbais é encontrada em orações imperativas realizadas com verbos não finitos. Formas não finitas em contexto de imperativo só podem ser negadas com estruturas (NEG+V) ou (NEG+V+NEG), conforme ilustrado em (8).

⁷⁶² Agradeço a participação de Rosiane Almeida, aluna da UEFS, no debate a respeito dos dados apresentados em (7), durante o SIMELP 2013. Segundo ela, o dado em (7b) é aceitável em seu dialeto (do estado da Bahia). Nesse sentido, é necessário prosseguir com a investigação para identificar quais propriedades permitem a ocorrência da sentença apenas com a negação pós-verbal nesse dialeto.

- (8) a. Não fazer a limpeza do produto com água.
 b. Não/Num é para fazer a limpeza do produto com água não.
 c. *Fazer a limpeza do produto com água não.

No entanto, em sentenças imperativas com verbos finitos, as três possibilidades de negação são possíveis.

- (9) a. Não/num use esse tênis.
 b. Não/num use esse tênis não.
 c. Use esse tênis não.

Comparando-se os exemplos em (8) e (9), observa-se que no PB a negação não encontra restrições em contextos de imperativo, exceto em (8c). Nesse caso, conclui-se que a negação pós-verbal, em oração imperativa com verbo no infinitivo, não tem escopo sobre a oração, diferentemente do que ocorre com as formas finitas. Tal fato sugere que a estrutura com verbo no infinitivo tem propriedades formais distintas, no que se refere à posição do Verbo em relação ao núcleo NEG, na estrutura da oração – o que se confirma em estudos prévios de línguas como o francês (cf. RIVERO 1991).

Outros contextos em que existe restrição à ocorrência da negação pós-verbal é o de sentenças com topicalização e com perguntas qu-, conforme ilustrado em (10a) e (11a), em oposição a (10b) e (11b), em que a co-ocorrência com a negação pré-verbal torna a sentença gramatical.

- (10) a. *Esse tênis eu lavei não.
 b. Esse tênis eu não/num lavei não.

- (11) a. *O que (foi que) eu fiz não?
 b. O que (foi que) eu não/num fiz?

Nos exemplos em (10) e (11), parece ocorrer o mesmo tipo de restrição à realização do marcador pós-verbal referido anteriormente. Do ponto de vista descritivo, tudo indica que as estruturas de tópico e com constituintes qu- funcionam como elementos que impedem que a negação pós-verbal tenha escopo sobre a sentença. Nesse sentido, supõe-se que ocupam uma posição estrutural superior à categoria responsável por definir o escopo da negação sobre a estrutura oracional, impedindo a formação de uma cadeia capaz de definir o escopo da negação pós-verbal sobre a oração.

Os contextos de ocorrência dos marcadores negativos pós-verbais no PB aqui analisados permitem inferir que a forma (V+NEG) no PB encontra-se em desenvolvimento, o que indica que o Ciclo de Jespersen não alcançou ainda a etapa final. Embora ocorra em diversos contextos, é possível constatar que ainda existem contextos que o marcador pós-verbal não seja suficiente para negar a sentença isoladamente. A exigência da negação pré-verbal gera a estrutura (NEG+V+NEG) para que a sentença seja negada. As restrições apresentadas demonstram que a forma (V+NEG) no PB é, ainda, uma forma em desenvolvimento e, assim, poderá ser objeto de novas reanálises estruturais, com ocorrência em novos contextos anteriormente caracterizados pela agramaticalidade.

4. Considerações finais

A análise de sentenças com marcadores negativos no PB permite observar a existência de um ciclo para o desenvolvimento da sintaxe inovadora da negação. Esse ciclo é marcado mais fortemente por duas características: o enfraquecimento do marcador negativo pré-verbal e a ocorrência do marcador pós-verbal, como um marcador negativo forte. Essas duas características podem ser associadas ao Ciclo de Jespersen, proposto para a negação no francês. É possível observar, conforme Ramos (2006), o enfraquecimento do marcador pré-verbal (não/num) e a necessidade de um marcador pós-verbal tônico, que pode negar a sentença independentemente.

Observando-se que a negação pré-verbal segue um processo de enfraquecimento no PB, embora ainda ocorra em variação com a forma pré-verbal tônica, constatou-se sua distribuição com e sem a contraparte tônica. Analisamos tais fatos como evidência para o desenvolvimento da sintaxe inovadora da negação no PB de acordo com a previsão do Ciclo de Jespersen. Diante das restrições à ocorrência da negação pós-verbal nas sentenças, a hipótese defendida é a de que a dupla negação seja a forma que demonstra maior estabilidade no PB atualmente, e por esse motivo, o PB estaria situado entre o segundo estágio e o terceiro estágio do Ciclo de Jespersen.

A realização desse ciclo no PB traz implicações diretas para a sintaxe da negação em sentenças imperativas, conforme se observa em Ferreira Junior (2011) e para a definição da forma de aquisição dos parâmetros da negação, como observado em Fonseca (2010), questões que deixamos para retomar em estudo futuro.

Referências Bibliográficas

CAVALCANTE, R. *A negação pós-verbal no português brasileiro: análise descritiva e teórica de dialetos rurais de afro-descendentes*. Salvador: UFBA. Dissertação de Mestrado, 2007.

FERREIRA JUNIOR, M. N. *A sintaxe da negação em configuração imperativa no português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2011.

FONSECA, H.D.C A noção default e a sintaxe da negação [The default notion and the syntax of negation]. *Estudos da Linguagem*, volume 7 n.02 p.110-130, 2010.

JESPERSEN, O. Negation in English and other languages. *Selected writings of Otto Jespersen*. London: G. Allen & Unwin, 1917.

MIOTO, Carlos. *Negação Sentencial no Português Brasileiro e Teoria da Gramática*. Tese [Doutorado em Linguística]. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

RAMOS, Jânia O processo não > num na fala. In J. Ramos & L. Vitral, *Gramaticalização: uma abordagem formal*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFMG, p.119-132, 2006.

RIVERO, Maria-Luisa. Negation, imperatives and Wackernagel effects. *Rivista di Linguistica* 6. 39–66, 1994.

SCHERRE, M. M. et al. Reflexões sobre o Imperativo em Português. *DELTA Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 23, p. 193-241, 2007.

VITRAL, L. A negação: teoria de checagem e mudança lingüística. *DELTA Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 57-84, 1999.

ZANUTTINI, R. *Syntactic Properties of Sentential Negation: A Comparative Study of Romance Languages*. Tese de doutorado, Universidade da Pennsylvania, 1991.

_____. Re-examining Negative Clauses. In Cinque, G. et al. (eds.) *Paths towards Universal Grammar*, Studies in Honor of Richard S. Kayne. Georgetown University Press, pp. 427-451, 1994.

DESMITIFICANDO CRENÇAS E PRECONCEITOS SOBRE LIBRAS: UMA ABORDAGEM SOCIOLINGÜÍSTICA

Graciely Cândido MACÊDO (UEFS)⁷⁶³
Soliane Silva SOUZA (UEFS)⁷⁶⁴
Josane Moreira de OLIVEIRA (UEFS)⁷⁶⁵

Resumo: Diferentemente do que muitas pessoas acreditam, a LIBRAS, assim como todas as línguas de sinais, não é mímica. Atualmente, apesar de a LIBRAS ter sido legitimada como língua materna dos surdos brasileiros pela Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, faz-se necessário reafirmar o seu status linguístico. Neste trabalho, destaca-se a relevância de (re)afirmar a LIBRAS como uma língua natural, já que essa língua apresenta todas as características linguísticas de qualquer língua natural humana. Dentre as características, este estudo aborda a diversidade dialetal, que pressupõe a existência (na LIBRAS) de formas alternativas para a produção de diferentes sinais.

Palavras-chave: LIBRAS. Crenças/preconceitos. Variação linguística.

1. Introdução

[...] todas as línguas se edificam a partir de universais lingüísticos [...]. Daí é preconceito e ingenuidade dizer, hoje, que uma língua é superior a qualquer outra, já que elas enquanto sistemas lingüísticos, independem dos fatores econômicos ou tecnológicos, não podendo ser classificadas em desenvolvidas, subdesenvolvidas ou, ainda, primitivas (FELIPE, 2007, p. 113).

A epígrafe acima pode ser considerada como uma apresentação de crenças e de preconceitos que permeiam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Por muito tempo, essa língua de sinais foi considerada mímica pelo fato de se realizar por meio da modalidade visual-espacial.

Ainda hoje, apesar de a LIBRAS ter sido reconhecida como meio legal de comunicação e de expressão dos surdos brasileiros pela Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, faz-se necessário reafirmar o seu status linguístico. Em virtude disso, pergunta-se: LIBRAS é língua? A LIBRAS é uma língua natural? A LIBRAS apresenta variação linguística?

A partir dos questionamentos acima colocados, objetiva-se desmitificar crenças e preconceitos que se fazem presentes no âmbito da LIBRAS, tendo em vista a falta de esclarecimento dessa língua minoritária por grande parte da sociedade brasileira. Nesse sentido, destaca-se a relevância de (re)afirmá-la como uma língua natural, já que, assim como as línguas orais, essa língua de sinais também apresenta todas as características linguísticas de qualquer língua natural humana.

2. LIBRAS é língua?

⁷⁶³ Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Brasil. E-mail: graciely_gal@hotmail.com

⁷⁶⁴ Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Brasil. E-mail: solianessouza@gmail.com

⁷⁶⁵ Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Brasil. E-mail: josanemoreira@hotmail.com

Embora mais de quatro décadas tenham se passado desde a sua legitimação, ainda se faz necessário reafirmar o status linguístico conferido à língua de sinais. No Brasil, a LIBRAS adquiriu status linguístico em 24 de abril de 2002 com a sanção da Lei nº 10.436, conhecida como Lei de LIBRAS. Regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro 2005, essa língua de sinais passou a ser reconhecida como meio legal de comunicação e de expressão das comunidades surdas brasileiras.

(Re)afirmar a legitimidade da LIBRAS enquanto língua pode parecer um discurso repetitivo. No entanto, essa repetição é justificável pelo estranhamento existente fora do âmbito da surdez. Diferentemente do que muitas pessoas acreditam, a LIBRAS, assim como todas as línguas de sinais, não é mímica. Gesser (2009) afirma que nesse pensamento está implícito um grave preconceito que perpassa a discussão acerca da legitimidade linguística, pois está associado “a uma visão embasada na anormalidade, segundo a qual o máximo que o surdo consegue expressar é uma forma pantomímica indecifrável e somente compreensível entre eles” (GESSER, 2009, p. 21).

Diante do grande preconceito referente às línguas de sinais, é preciso enfatizar que a LIBRAS é uma língua que possui todos os níveis linguísticos (fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático) e também estrutura gramatical própria. Além disso, presta-se às mesmas funções das línguas orais. A respeito dessas funções, Brito (s/d) esclarece:

A LIBRAS é dotada de uma gramática constituída a partir de elementos constitutivos das palavras ou itens lexicais e de um léxico [...] que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam também especificidades mas seguem também princípios básicos gerais. [...] É dotada também de componentes pragmáticos convencionais codificados no léxico e nas estruturas da LIBRAS e de princípios pragmáticos que permitem a geração de implícitos sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais.

Estes princípios regem também o uso adequado das estruturas linguísticas da LIBRAS, isto é, permitem aos seus usuários usar estruturas nos diferentes contextos que se lhes apresentam de forma a corresponder às diversas funções linguísticas que emergem da interação do dia a dia e dos outros tipos de uso da língua.

Com base nos esclarecimentos da autora acima colocados, fica evidente que a LIBRAS não pode ser considerada inferior às demais línguas naturais e/ou orais. Deve-se considerá-la como uma língua que possui especificidades pelo fato de se apresentar em uma modalidade visual-espacial, ou seja, o canal comunicativo dos surdos se realiza no espaço por meio de articuladores visuais, a saber: as mãos, o corpo, as expressões faciais, os movimentos, o espaço de sinalização. Nesse sentido, as línguas de sinais

articulam-se espacialmente e são percebidas visualmente, ou seja, usam o espaço e as dimensões que ele oferece na constituição de seus mecanismos “fonológicos”, morfológicos, sintáticos e semânticos para veicular significados, os quais são percebidos pelos seus usuários através das mesmas dimensões espaciais (BRITO, s/d).

O caráter visual-espacial da LIBRAS leva algumas pessoas a pensarem que essa língua de sinais é icônica. Isso porque, muitas vezes, as relações entre sinais e significados podem ser motivadas pelas características do referente. Exemplos de sinais icônicos são evidenciados por Strobel & Fernandes (1998, p. 04):

Fig. 1 - TELEFONE **Fig. 2 - BORBOLETA**

As autoras acima mencionadas também salientam que os sinais icônicos não são iguais em todas as línguas de sinais, já que cada sociedade representa seus referentes de forma convencional e sistemática. O sinal “árvore”, por exemplo, em LIBRAS, “representa o tronco usando o antebraço e a mão aberta, as folhas em movimento” (STROBEL; FERNANDES, 1998, p. 5). Já na Língua de Sinais Chinesa (LSC), o mesmo sinal “representa apenas o tronco da árvore com as duas mãos (os dedos indicador e polegar ficam abertos e curvos)” (ibidem).

Fig. 3 - sinal de LIBRAS

Fonte: Strobel; Fernandes, 1998

Fig. 4 - sinal de LSC

Fonte: Strobel; Fernandes, 1998

As figuras 3 e 4 exemplificam que não há igualdade dos sinais icônicos em todas as línguas de sinais, visto que, neste exemplo, Brasil e China representam o mesmo referente de modo diverso. Tal exemplo desmitifica a crença de que as línguas de sinais são universais. Assim como não há universalidade nas línguas orais, com as línguas de sinais não é diferente, pois cada país possui a sua. Nas palavras de Gesser (2009, p. 12), “a língua dos surdos não pode ser considerada universal, dado que não funciona como um ‘decalque’ ou ‘rótulo’ que possa ser colado e utilizado por todos os surdos de todas as sociedades de maneira uniforme e sem influência de uso”.

3. A LIBRAS é uma língua natural?

As línguas de sinais e, por conseguinte, a LIBRAS, são línguas naturais, tendo em vista o fato de terem surgido de necessidades específicas e espontâneas de pessoas com déficit auditivo que precisavam se comunicar. Embora tenham sido proibidas nas escolas por mais de um século por decisões tomadas no Congresso de Milão⁷⁶⁶ em 1880, as línguas de sinais resistiram à proibição e ainda resistem ao preconceito e à marginalização por parte da sociedade, revelando a essencial necessidade de sua utilização entre o povo surdo⁷⁶⁷ e também

⁷⁶⁶ Na história da educação dos surdos, o Congresso de Milão, um Congresso Internacional de Professores de Surdos que aconteceu em 1880, na Itália, com o objetivo de discutir o futuro da educação para os surdos, principalmente no que diz respeito aos métodos de ensino, deixou profundas marcas não só nos surdos do Brasil. Nesse Congresso, discutiu-se a importância de métodos de ensino, a saber: língua de sinais, oralista e misto (língua de sinais e o oral). O método oralista, por sua vez, foi considerado o mais adequado para o ensino de pessoas surdas. Em consequência disso, houve uma proibição de mais de um século do uso da língua de sinais.

⁷⁶⁷ Expressão utilizada por Strobel (2008). Para a autora, essa expressão refere-se “aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços” (STROBEL, 2008, p. 31).

entre ouvintes (membros da família, amigos, intérpretes, professores etc.) que queiram aprender a língua para se comunicar com os surdos.

De acordo com as linguistas Quadros & Karnopp (2004), foi o linguista William Stokoe, em torno dos anos de 1960, quem observou que os sinais não eram propriamente imagens, mas símbolos abstratos complexos que apresentavam uma complexa estrutura interior. Esse estudioso, segundo as autoras, foi a primeira pessoa que procurou pesquisar, analisar e entender a estrutura dos sinais, comprovando a existência de partes independentes de cada sinal, a saber: a localização, a configuração de mãos e o movimento. A partir dos estudos de Stokoe, iniciaram-se pesquisas linguísticas nas línguas de sinais.

No que concerne às línguas de sinais como línguas naturais, as autoras mencionadas acima esclarecem que

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação [...].

As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela lingüística como línguas naturais ou como um sistema lingüístico legítimo e não como um problema do surdo ou com uma patologia da linguagem (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 30).

Se a LIBRAS é uma língua de sinais é, portanto, uma língua natural. Considerar a LIBRAS como língua ratifica a surdez como uma diferença linguística e cultural e, com isso, não se repete a ideia de que a comunicação dos surdos só pode acontecer quando se fala por intermédio de uma língua oral-auditiva.

4. A LIBRAS apresenta variação linguística?

Tendo em vista os pressupostos da Sociolinguística, concebemos a LIBRAS, do mesmo modo que qualquer outra língua natural, como um sistema heterogêneo ordenado que é regulado por um conjunto de regras, do qual a variação é parte inerente. Entende-se a variação linguística como um fenômeno universal que pressupõe a existência de formas linguísticas variantes. Por variante, compreende-se a possibilidade de produzir o mesmo enunciado de duas ou mais maneiras diferentes, as quais são tratadas como um conjunto denominado de variável dependente. Uma variável é entendida como dependente porque o emprego das variantes não é aleatório, mas condicionado por grupos de fatores linguísticos ou sociais que influenciam a escolha de uma variante em detrimento de outra (MOLLICA, 2008).

Sobre variação linguística na LIBRAS, é válido citar Karnopp (1994 apud PEREIRA, 2010) que chama a atenção para o fato de que ao estudarmos as línguas de sinais, estamos tratando das relações entre língua e sociedade. O linguista, ao estudar qualquer comunidade, constata a existência de variação, isto é, a comunidade linguística (neste trabalho, a comunidade de surdos que usam a LIBRAS) se caracteriza pelo emprego de diferentes modos de usar a língua de sinais.

A LIBRAS, assim como todas as línguas humanas (sejam elas orais ou de sinais), apresenta variação e diversidade decorrentes das práticas sociais de uso da língua de sinais entre surdos/surdos e surdos/ouvintes. Compartilhando do ponto de vista de Marcos Bagno (1999 apud Gesser, 2009), Gesser (2009) destaca que considerar a existência de uma “unidade linguística do Brasil” é o maior e o mais sério de todos os mitos sobre a língua portuguesa. De acordo com a autora,

[...] dizer que todos os brasileiros falam o mesmo português é uma inverdade, na mesma proporção em que **é inverdade dizer que todos os surdos usam a mesma LIBRAS**. Afirmar essa unidade é negar a variedade das línguas, quando de fato nenhuma língua é uniforme, homogênea (GESSER, 2009, p. 39, grifos nossos).

Como toda e qualquer língua, a LIBRAS também não é homogênea tampouco estática. As variações de sinais (sejam elas regionais, sociais ou estilísticas, ou condicionadas por mudanças históricas) podem ocorrer “nos níveis fonológico (pronúncia), morfológico (palavras) e sintático (sentenças) e estão ligadas aos fatores sociais de idade, gênero, raça, educação e situação geográfica” (GESSER, 2009, p. 39). Nesse sentido, as variantes linguísticas estão relacionadas à diversidade dos grupos sociais. Para Labov (2008), precursor da Sociolinguística, toda variação é motivada por fatores sociais e linguísticos de maneira que a heterogeneidade se delineaia sistemática e previsível.

Camacho (1998 apud LIMA, 2009, p. 61) destaca que as modalidades mais usuais de variação são:

- a) a variação histórica, que revela a transformação da língua acompanhada com as mudanças sociais, alguns padrões são deixados e outros criados, em que gerações mais velhas e mais novas entram em conflitos;
- b) a variação geográfica, explica-se pelas diferentes formas que uma expressão é tomada em determinada região onde é falada;
- c) a variação social, diz respeito às expressões diferentes atribuídas a um referente, por pessoas de uma mesma sociedade, e fatores como o grau de escolaridade, o nível sócio-econômico, idade, sexo são determinantes para distinguir grupos distintos em fala verbal dentro de uma classe, em que uns gozam de uma língua de maior ‘prestígio’ e outros não; e
- (d) a variação estilística – se apresenta quando uma mesma pessoa utiliza várias formas da língua, que se configura de acordo com o contexto de fala.

É válido destacar que as sobreditas modalidades de variação estão presentes em todas as línguas naturais. Nesse sentido, a homogeneidade linguística não é real. De acordo com Labov (2008), a língua é um sistema heterogêneo ordenado regulado por um conjunto de regras, do qual a variação é parte inerente. Sendo assim, a variação não é aleatória, mas condicionada por fatores estruturais e sociais capazes de regular a heterogeneidade. Sendo a LIBRAS uma língua natural, não se pode negar a existência de variações linguísticas, das quais destacaremos exemplos de variações sociais e geográficas.

No que tange à variação social, Strobel & Fernandes (1998, p. 2) dizem que “refere-se a variações na configuração das mãos e/ou no movimento, não modificando o sentido do sinal”, e exemplificam alguns sinais:

Fig. 5 - sinal de AJUDAR

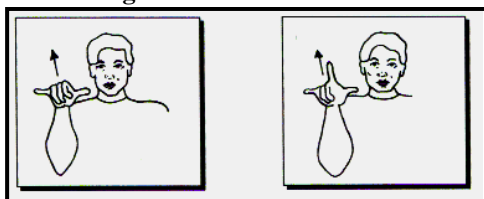


Fonte: Strobel; Fernandes, 1998

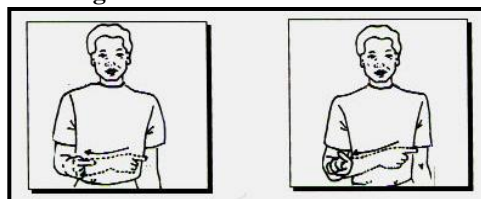
Fig. 6 - sinal de CONVERSAR



Fonte: Strobel; Fernandes, 1998

Fig. 7 - sinal de AVIÃO

Fonte: Strobel; Fernandes, 1998

Fig. 8 - sinal de SEMANA

Fonte: Strobel; Fernandes, 1998

Exemplos de variação regional (representa as variações de sinais de uma região para outra, no mesmo país) também são ilustrados por Strobel & Fernandes (1998, p. 1-2) com os sinais “verde” e “mas”:

a) Verde

Fig. 9 - RIO DE JANEIRO

Fonte: Strobel; Fernandes, 1998

Fig. 10 - SÃO PAULO

Fonte: Strobel; Fernandes, 1998

Fig. 11 - CURITIBA

Fonte: Strobel; Fernandes, 1998

b) MAS

Fig. 12 - RIO DE JANEIRO

Fonte: Strobel; Fernandes, 1998

Fig. 13 - SÃO PAULO

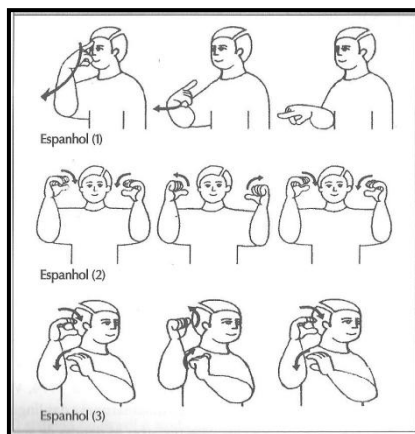
Fonte: Strobel; Fernandes, 1998

Fig. 14 - CURITIBA

Fonte: Strobel; Fernandes, 1998

Gesser (2009, p. 40-41) enfatiza que o sinal de uma mesma palavra pode sofrer variação em uma mesma região, uma vez que “a língua de sinais, ao passar, literalmente, ‘de mão em mão’, adquire novos ‘sotaques’, empresta e incorpora novos sinais, mescla-se com outras línguas em contato, adquire novas roupagens”. Para exemplificar, a autora destaca a variação paulista do sinal “espanhol”:

Fig. 15 - sinal de ESPANHOL



Fonte: Gesser, 2009

Com os exemplos acima colocados, elencamos algumas variantes da mesma variável, nos termos de Labov (2008), com o objetivo de desmitificar a crença de que a LIBRAS não apresenta variação linguística e ratificar a heterogeneidade, bem como a dinamicidade dessa língua.

5. Considerações finais

Na contemporaneidade, (re)afirmar a legitimidade da LIBRAS enquanto língua, apesar de seu status linguístico desde 2002, ainda se faz necessário. Isso porque é perceptível que muitas crenças e preconceitos permanecem vivos em nossa sociedade.

As crenças e os preconceitos aqui apresentados, embora recorrentes no âmbito da surdez, precisam ser desconstruídos. Grande parte da sociedade brasileira precisa compreender que os surdos diferem linguística e culturalmente dos ouvintes por perceberem o mundo que os cerca a partir da experiência visual.

Por ser uma língua natural, a LIBRAS apresenta todas as propriedades linguísticas presentes nas línguas humanas orais. Dessa forma, também varia no território brasileiro, apresentando a diversidade linguística e cultural do povo surdo, ratificando, assim, a sua heterogeneidade e a sua dinamicidade.

Referências Bibliográficas

BRITO, Lucinda Ferreira. *Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS*. Disponível em: <www.artelibras.com.br/ewadmin/download/Gramatica_da_Libras.pdf>. Acesso em: 02 set. 2012.

FELIPE, Tanya Amara. *Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Estudante*. 8. ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007. Disponível em: <http://librasemcontexto.org/Livro_Estudante/Livro_Estudante_2007.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2011.

GESSER, Audrei. *LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LIMA, Kátia do Socorro Carvalho. *Educação de surdos no contexto amazônico: um estudo da variação linguística na Libras*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2009.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2008.

QUADROS, Ronice Müller & KARNOPP, Lodenir Becker. A linguística e a língua de sinais brasileira. In: _____. *Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 15-46.

PEREIRA, Karina Ávila. Língua brasileira de sinais e suas variações: um estudo sobre as variantes utilizadas nas escolas de surdos. VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul – ANPED SUL, v.1, 2010, Londrina. *Anais do VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul – ANPED SUL*.

STROBEL, Karin Lilian & FERNANDES, Sueli. *Aspectos Linguísticos de Língua Brasileira de Sinais*. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998. Disponível em: <http://www.cultura-sorda.eu/resources/Aspectos_linguisticos_LIBRAS.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2012.

_____. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO NA FALA DE CRIANÇAS DE FEIRA DE SANTANA-BA

Rosiane Silva de ALMEIDA (UEFS)⁷⁶⁸
Aline da Silva SANTOS (UEFS)^{769/770}

Resumo: Analisa-se, neste artigo, o parâmetro do sujeito nulo (também conhecido como *pro-drop*) na fala de crianças em fase de aquisição da linguagem na cidade de Feira de Santana-BA. A finalidade é analisar como se dá a aquisição do parâmetro do sujeito nulo, quais fatores contribuem para que haja variação e, sobretudo, os contextos que ainda favorecem o uso do sujeito nulo. Assim, tomamos por base os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Paramétrica, conforme os postulados de Tarallo e Kato (1989) e Kato (2002).
Palavras-chave: Sujeito nulo. Aquisição. Variação.

1. Introdução

Neste trabalho, investigamos o parâmetro do sujeito nulo na fala de crianças em fase de aquisição da linguagem em Feira de Santana-BA. Nosso objetivo é analisar como se dá a aquisição do parâmetro do sujeito nulo (também conhecido como *pro-drop*), tendo como embasamento a Teoria Gerativa, conforme Chomsky (1981,1986, 1995), dentro do modelo que ficou conhecido como Teoria dos Princípios e Parâmetros.

Para a realização do trabalho, estamos nos apoiando na Sociolinguística Paramétrica, conforme os postulados de Tarallo e Kato (1989). A amostra utilizada para análise é constituída de oito entrevistas, contendo dados de fala de crianças de Feira de Santana-BA, sendo 4 meninas e 4 meninos, com faixa etária entre 1,8 a 2,6.

Este artigo é constituído das seguintes partes: na primeira parte, faremos uma abordagem acerca da Sociolinguística Paramétrica; na segunda parte, trataremos de alguns trabalhos já desenvolvidos sobre o sujeito nulo; em seguida, apresentamos a análise dos dados e, por último, teceremos nossas considerações finais sobre o tema em questão.

2. A sociolinguística paramétrica

Este estudo baseia-se no modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]) e na teoria da Gramática Gerativa, partindo da sintaxe gerativa na escolha e análise dos fatores linguísticos que podem ainda condicionar o Parâmetro do Sujeito Nulo. A junção das duas teorias é chamada de Sociolinguística Paramétrica, proposta apresentada por Kato e Tarallo (1988) que tem ajudado na compreensão de diferentes fenômenos em variação no PB, inclusive, da variação entre sujeito nulo e sujeito realizado.

A sociolinguística, diferentemente da teoria gerativa, volta-se para a heterogeneidade da língua proporcionada pela influência de fatores sociais. Isso comprova que dentro de um sistema linguístico o processo de variação é sistemático e inerente à própria língua. Ainda de

⁷⁶⁸ Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Brasil. E-mail: zianezianefsa@hotmail.com

⁷⁶⁹ Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Brasil. E-mail: linedss@gmail.com

⁷⁷⁰ Orientadora: Hely Dutra Cabral da FONSECA (UEFS) Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil, Feira de Santana. E-mail: hellyca@hotmail.com

acordo com os princípios da sociolinguística, a variação linguística pode conduzir à mudança, o que acontece quando determinado uso linguístico destaca-se em detrimento de outro(s).

O enfoque da gramática gerativa a respeito da teoria da mudança é diferente do que postula a sociolinguística. Lightfoot (1979), no seu trabalho pioneiro, argumenta que as mudanças gramaticais ocorrem no processo da aquisição da linguagem. Dessa forma, de acordo com a Teoria de Princípios e Parâmetros, a criança cria sua gramática a partir do que ela ouve (dados primários) e do que ela possui de inato (os princípios da Gramática Universal, GU). Além disso, a criança não tem acesso direto à gramática de seus pais (LIGHTFOOT, 1979), ou seja, a gramática da criança não é necessariamente a de seus pais.

A sociolinguística paramétrica une a teoria da variação à teoria gerativa chomskyana, a qual se refere ao pressuposto de que o ser humano nasce com uma competência inata de adquirir linguagem e possui uma gramática universal, a qual é formada por princípios e parâmetros. Os princípios são características comuns a todas as línguas, já os parâmetros são elementos específicos que diferenciam as línguas naturais.

No processo de aquisição da linguagem a criança pode estabelecer, de maneira positiva ou negativa, os parâmetros da língua à qual está submetida. Assim, por exemplo, há a possibilidade de a criança usar o sujeito não realizado foneticamente por estar exposta à língua de sujeito nulo, ou seja, a criança, na fase de aquisição da linguagem, marcará esse parâmetro positivamente (+ *pro-drop*); mas se determinada língua for de sujeito preenchido, a criança marcará o parâmetro de modo negativo (- *pro-drop*). Contudo, de acordo com Duarte (2001), por meio de análises empíricas, verifica-se que essa bipolaridade não dá conta de explicar o que acontece em línguas que estão passando por um processo de mudança no que diz respeito ao parâmetro *pro-drop*, como ocorre no PB.

3. Sujeito nulo: algumas perspectivas

Nesta seção do artigo, faremos uma abordagem acerca de alguns trabalhos sobre sujeito nulo no PB. Primeiro, trataremos da tese de Duarte (1995), intitulada *A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro*. A pesquisa foi realizada através do estudo da fala de 13 informantes cariocas com formação superior, distribuídos em três faixas etárias, e, como suporte teórico, tomou como base a sociolinguística paramétrica. Consoante Duarte, o objetivo do seu trabalho é analisar o caminho que segue o parâmetro do sujeito nulo no PB, verificando os contextos que ainda propiciam o uso do sujeito nulo e os que o inibem.

Os resultados da tese de Duarte revelaram que o PB perdeu a característica *pro-drop* e que essa mudança vem acontecendo “por força do enfraquecimento da flexão, responsável pela identificação da categoria vazia sujeito em línguas que apresentam uma morfologia verbal suficientemente ‘rica’ para tal processo” (p. 141). Esse enfraquecimento na flexão diz respeito, segundo a autora, à evolução de seis formas diferentes para um paradigma composto de apenas três formas, devido à substituição de *tu* por *você* e de *nós* por *a gente*.

Ainda de acordo Duarte (*idem*), os contextos em que a mudança se destaca são a segunda pessoa, por onde começou a redução do paradigma flexional, e a primeira pessoa, que depende mais da flexão. Mas com a terceira pessoa é diferente, pois esta resiste mais à mudança, já que conta com um SN, que o antecede e identifica o sujeito nulo. Além disso, as estruturas, como as que têm um elemento em Spec de CP, nas quais “há menor rigidez na obrigatoriedade do uso de uma categoria vazia em línguas *pro-drop* cedem também mais rapidamente ao sujeito pronominal pleno” (p. 142). Com relação aos fatores sociais, através da fala dos mais jovens e das mulheres, é evidenciado o uso mais frequente do sujeito lexical.

O trabalho de Simões (1997), *Sujeito Nulo na Aquisição do Português Brasileiro: um estudo de caso*, segue a Teoria dos Princípios e Parâmetros e investiga o uso de sujeitos nulos através da fala de uma criança, na faixa 2;4 até os 3;0 anos de idade, adquirindo o português

do Brasil como língua materna. A hipótese de Simões consistia em que desde os 2;4 a produção da criança se caracterizaria pelas mesmas restrições do adulto com relação ao uso do sujeito nulo.

Segundo Simões, os dados analisados demonstram que “desde as fases iniciais de aquisição da linguagem, a criança adquirindo o português do Brasil apresenta um uso de sujeito nulo restrito, da forma como se atesta no *input*” (p.128). Contudo, ao comparar seus resultados com a pesquisa de Duarte (1995) com adultos, em termos percentuais, Simões afirma que os dados da criança não indicam o uso de sujeito nulo semelhante ao dos adultos: na pesquisa de Duarte (*idem*) o percentual para o uso de nulos foi 29%, e na fala da criança observada foi de 55%. A análise dos dados permitiram, ainda, as seguintes conclusões: o uso de sujeitos nulos na fala da criança de acordo com a pessoa do discurso se aproxima dos resultados encontrados na fala de adultos; são semelhantes também os percentuais baixos de sujeitos nulos em contextos nos quais há preenchimento do sistema CP.

4. Análise dos dados

A amostra utilizada para análise é constituída de oito entrevistas, contendo dados de fala de crianças de Feira de Santana-BA, sendo 4 meninas e 4 meninos, com faixa etária entre 1,8 a 2,6. Analisamos a variação entre sujeito nulo e realizado apenas com sujeitos nulos e pronominais no singular e foram encontradas 193 ocorrências: 107 de sujeito nulo (55%) e 86 de sujeito realizado (45%), como podemos visualizar no gráfico abaixo:

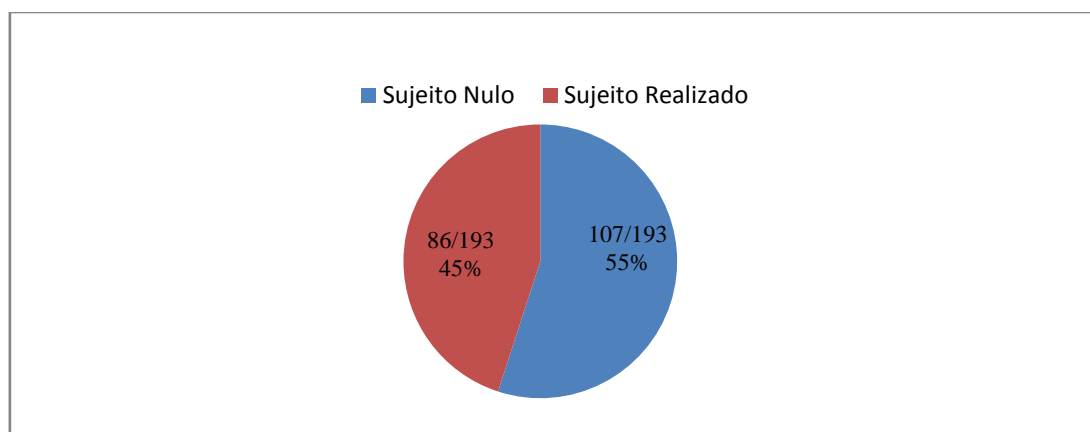


GRÁFICO 1: Total de ocorrências e percentagens relativos ao uso de sujeito nulo e de sujeito realizado.

Os dados foram submetidos ao programa GoldVarb 2001 e, a fim de se verificar o que condiciona essa variação como também observar os contextos que ainda favorecem o uso do sujeito nulo, consideramos os fatores linguísticos *pessoa gramatical* (1ª, 2ª e 3ª pessoa do singular), *transitividade verbal* (verbo ser e outros verbos), *tempo verbal* (presente do indicativo, pretérito perfeito do indicativo e futuro do presente do indicativo), *forma verbal* (simples ou composta), *presença de um elemento entre a posição specIP e o verbo* (advérbio de negação, advérbio aspectual, clítico ou nenhum elemento) e o *traço semântico do sujeito de terceira pessoa* (+animado ou -animado).

Contudo, o programa só selecionou dois grupos de fatores, na seguinte ordem: 1) Traço semântico do sujeito e 2) Presença de um elemento entre a posição *specIP* e o verbo. Lembramos que escolhemos como regra de aplicação o sujeito nulo, pois o intuito é verificar os contextos que ainda o favorecem, e o GoldVarb apresentou essas variáveis como significativas, com o *input* geral 0.712, *log likelihood* -118,301 e o nível de significância 0.016. Na sequência, abordaremos as variáveis na ordem em que foram selecionadas.

4.1. Sujeito nulo X Traço semântico do sujeito de terceira pessoa

De acordo com algumas pesquisas, Duarte (1995) e Soares da Silva (2006), numa língua de sujeito nulo não são esperados sujeitos plenos quando o traço semântico é inanimado, ou seja, os sujeitos plenos são favorecidos pela característica +animada do referente. Por isso, ao contrário, quando o sujeito de terceira pessoa caracteriza-se por seu traço -animado, há uma forte tendência de o sujeito ser nulo. Vejamos os exemplos abaixo, que são seguidos da inicial do pré-nome da criança e de sua idade:

- (1) Ø Sumiu não! (M. 2 anos)
 (2) **Ele** deixou a po(r)ta abe(r)ta. (J. 2,6)

No exemplo (1), a criança está falando de um brinquedo (-animado), portanto a referência do sujeito é inanimada, propiciando o uso do sujeito nulo; já no exemplo (2), a criança se refere a uma pessoa (+animado) e, nesse caso, fez uso de um sujeito pleno. Nossos resultados confirmaram a nossa hipótese de que há uma tendência de o referente -animado do sujeito de terceira pessoa favorecer o uso do sujeito nulo, como podemos verificar na tabela abaixo:

Traço semântico do sujeito de terceira pessoa	Sujeito Nulo		Peso Relativo
	Oc.	%	
+ animado	16/24	66	.39
- animado	26/34	76	.58

TABELA 1: Uso do sujeito nulo de acordo com o traço semântico do sujeito de terceira pessoa

Como podemos visualizar na **TABELA 2**, houve uma quantidade significativa de sujeito nulo com o traço +animado, 16 das 24 ocorrências e frequência de 66%, porém o peso relativo (.39) aponta que este não é um fator determinante para o uso do sujeito nulo. É realmente o traço -animado do referente do sujeito de terceira pessoa que favorece o uso do sujeito nulo. Nesse caso, do total de 34 ocorrências de sujeito com traço -animado, foram encontrados 26 de sujeito nulo, equivalendo a 76% de frequência, e com o peso relativo de .58. Segundo Duarte (1995):

Na realidade, o traço [-animado] é um importante fator quando estão em jogo categorias vazias. Foi ele um importante fator na origem e implementação do objeto nulo no português brasileiro (cf. Omena 1978, Duarte 1986 e Cyrino, 1993, 1994); no caso do sujeito, ele se mostra como um importante contexto de resistência, que começa a ceder, numa clara evidência da perda gradual de uma importante propriedade pro-drop. (p. 77).

De certa forma, o resultado na nossa pesquisa com o traço -animado confirma essa conclusão a que chegou Duarte, pois, mesmo que esse aspecto semântico se mostre como um contexto que ainda favorece o sujeito nulo, o peso relativo .58, não muito alto, evidencia que, possivelmente, estamos diante de um elemento que também poderá ceder mais espaço para o sujeito pleno.

4.2 Sujeito nulo X Presença de um elemento entre a posição *specIP* e o verbo

A posição situada entre o especificador do sintagma flexional e o verbo pode se encontrar vazia ou preenchida. De acordo com Soares da Silva (2006), no PB, um elemento nessa posição intermediária favorece o uso do sujeito nulo e “os elementos que podem aparecer são de três tipos: negação (como **não** e **nunca**) [...], advérbio aspectual ou focalizador (como **já** e **ainda**; **só** e **também**) [...] e pronome clítico [...]” (p. 66). Vejamos os exemplos abaixo retirados do *corpus*:

- (3) Eu gosto de feijão. (J. 2,6)
- (4) Eu **não** po/ subir aqui mais não, que cai é? (L. 2,1)
- (5) **Já** terminei de desenha(r) tudo. (L. 2,5)
- (6) Você **me** ajuda? (J. 2,6)

No exemplo (3), a posição entre o especificador do sintagma flexional e o verbo está vazia, isto é, não há nenhum elemento nesse intermédio, e o sujeito encontra-se realizado; no exemplo (4), temos um caso de um elemento de negação entre a posição *specIP* e o verbo, com sujeito também realizado; já o exemplo (5), contém um advérbio aspectual nessa posição, o qual inibiu a presença do sujeito; e, por último, o exemplo (6), apresenta um clítico entre o sujeito e o verbo. Nesse estudo, os exemplos de pronome clítico foram descartados pelo GoldVarb, em virtude de terem sido encontradas apenas duas ocorrências; então, foram analisados, na posição considerada, os casos de advérbio de negação, advérbio aspectual e nenhum elemento. A seguir, tabela com os dados:

Presença de um elemento entre a posição <i>specIP</i> e o verbo	Sujeito Nulo		Peso Relativo
	Oc.	%	
Advérbio de negação	5/16	31	.27
Advérbio aspectual	6/7	85	.89
Nenhum elemento	96/170	56	.50

TABELA 2: Uso do sujeito nulo de acordo com a presença de um elemento entre a posição *specIP* e o verbo

Quando houve presença de advérbio de negação entre a posição *specIP* e o verbo, o uso do sujeito nulo não foi favorecido como esperávamos que fosse. Das 16 ocorrências na

posição, apenas 5 foram com sujeito nulo (peso relativo .27). Mas quando o elemento que apareceu nessa posição foi um advérbio aspectual, aconteceu o contrário, houve o favorecimento do sujeito nulo, com 6 das 7 ocorrências com esse tipo de sujeito e peso relativo .89. Esse resultado corrobora as previsões de Soares da Silva acima mencionadas.

Já quando nenhum elemento se apresentou na posição entre *specIP* e o verbo, os resultados apontam que é um fator que condiciona o sujeito nulo, mas, por outro lado, também não inibe o uso do sujeito realizado. Das 170 ocorrências, 96 foram de sujeito nulo, com peso relativo .50. Isso indica que o processo de mudança está avançando, conforme previsto por Duarte.

5. Palavras finais

Embora o uso do sujeito nulo na fala de crianças de Feira de Santana supere o de sujeito realizado, consideramos que a diferença foi pequena. Portanto, como o português brasileiro está passando de uma língua [+ *pro-drop*] para [- *pro-drop*] devido ao fato de ter sofrido redução no paradigma pronominal e flexional – o que já foi comprovado através de algumas pesquisas –, pressupomos que as crianças encontrarão cada vez menos o *input* para o uso do sujeito nulo.

Em relação à variável *traço semântico do sujeito de terceira pessoa*, verificamos que, mesmo não sendo muito alto o peso relativo, o traço -animado é, ainda, uma característica que também favorece o uso do sujeito nulo, o que corroborou a nossa hipótese. Tal tendência pode ser explicada pelo seguinte fato: quando a referência do sujeito é inanimada, não se espera o uso do pronome pleno *ele* ou *ela*.

A variável *presença de um elemento entre a posição specIP e o verbo* demonstrou que um advérbio aspectual na posição entre o sintagma flexional e o verbo é um contexto que favorece o uso do sujeito nulo. Este resultado condiz com nossa hipótese, porém o fator advérbio de negação inibiu o uso do sujeito nulo e a ausência de elemento entre o sintagma flexional e o verbo propiciou, também, o uso do sujeito nulo, o que não era esperado.

Através desta pesquisa, verificamos, pois, que o sujeito nulo ainda é favorecido na fala de crianças de Feira de Santana-BA, o que pode ser explicado pelo fato de que crianças expostas a uma língua *pro-drop* estabelecem o valor positivo para o sujeito nulo desde muito cedo. Contudo, considerando a mudança referente à perda do parâmetro *pro-drop* no PB e tendo em vista que em nossos dados a diferença entre o uso do sujeito nulo e pleno foi de apenas 10%, presumimos que as crianças encontrarão cada vez menos o *input* para o uso do sujeito nulo, uma vez que na fala dos adultos o sujeito pleno tem ganhado espaço em detrimento do uso do sujeito nulo.

Referências Bibliográficas

CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986.

_____. *The minimalist program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia. *A Perda do Princípio “evite pronome” no Português Brasileiro*. (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas. 1995.

_____. Variação sintática e mudança paramétrica. *Gragoatá: Língua e variação lingüística no Brasil*. Niterói, vol. 9. (75-83) 2º semestre, 2001.

KATO, Mary Aizawa & TARALLO, Fernando. *Restrictive VS syntax in Brazilian Portuguese: its correlation with invisible clitics and visible subjects*. UNICAMP, 1988 (mimeo).

LIGHTFOOT, David. *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

PAIVA, Maria da Conceição. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luiza (orgs). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

ROBINSON, J.; LAWRENCE, H. & TAGLIAMONTE, S. GoldVarb 2001: a multivariate analysis application for Windows. User's manual. 2001.

SIMÕES, L. *Sujeito Nulo na Aquisição do Português Brasileiro: um estudo de caso*. Tese de Doutorado. PUCRS, Porto Alegre, 1997.

SOARES DA SILVA, Humberto. O Parâmetro do Sujeito Nulo: confronto entre o português e o espanhol. Dissertação de Mestrado em Letras Vernáculas. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

TARALLO, Fernando & KATO, Mary Aizawa. *Harmonia Trans-sistêmica: variação intra e interlingüística*. Preedição-5. Campinas, SP: 1989.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. Marcos Bagno; Rev. téc. Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].